

## DETERMINAÇÃO E CONFIANÇA



Nas fábricas, nos campos, em todos os locais de trabalho, em todos os sectores da vida nacional, os trabalhadores, os antifascistas devem pôr de parte tudo quanto os divide para se aproximarem e entenderem na base daquilo que os une: a salvaguarda das liberdades e das outras conquistas da revolução

Os acontecimentos dos últimos dias representam uma pesada derrota das forças da esquerda militar e das forças revolucionárias no seu conjunto e um avanço das forças da reacção, que tomam fortes posições no aparelho militar e no sistema do poder. O perigo é real e imediato para a jovem democracia instaurada com o 25 de Abril. A seu tempo os acontecimentos terão de ser examinados em profundidade. Desde já interessa tirar algumas primeiras lições e definir uma linha de orientação e de actuação na nova situação criada.

2. Ao longo do desenvolvimento da crise, o PCP defendeu com insistência uma solução política.

Advertiu de que um confronto entre forças que têm estado com o processo revolucionário aproveitaria à contra-revolução.

Advertiu tanto dos perigos para a democracia da política de aliança à direita do PS e dos sectores moderados do MFA, como dos perigos da orientação e actividade divisionista e aventureirista de grupos e sectores que com o seu radicalismo ultra-revolucionário conduziam ao isolamento e descoordenação das forças de esquerda e ao seu arrastamento para confrontos condenados à derrota.

O PCP defendeu com insistência uma solução global da crise consistindo na reaproximação e reunificação das tendências do MFA e no reforço da representação das forças de esquerda (civil e militar) no governo, donde deveria sair o PPD, partido da reacção.

Os acontecimentos comprovam a justeza da orientação e das advertências do PCP.

Ainda no momento presente, apesar da nova situação criada e de uma nova correlação de forças, as linhas gerais fundamentais da solução da crise preconizada pelo PCP continuam a ser o único caminho que pode cortar o passo à contra-revolução.

(Continua na pág. 2)

### Editorial

## UMA CURVA DIFÍCIL E PERIGOSA

A revolução portuguesa passa uma curva difícil e perigosa. A pesada derrota das forças da esquerda militar reflectir-se-á sem dúvida, nos tempos mais próximos, no enfraquecimento das forças revolucionárias e do movimento popular. A viragem à direita PS-PPD apoiada por círculos dos mais reacçãoários e conservadores tende a adquirir agora uma base de força militar mais favorável.

Entretanto, seria um grave erro de cálculo das forças reacçãoárias e conservadoras pensarem que poderão impor ao país a política que quiserem. O movimento operário é poderoso. As massas populares estão decididas a

(Continua na pág. 2)

• Nacionalizações e Reforma Agrária, conquistas que têm de ser defendidas - Págs. centrais

• Relações com os países socialistas: uma necessidade - Pág. 8

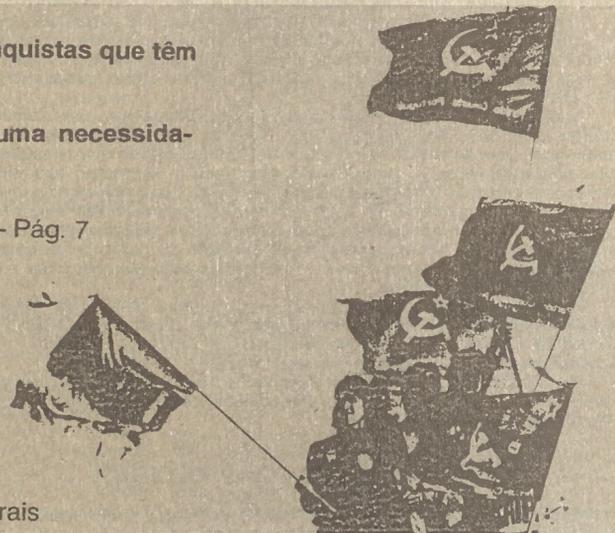
• Álvaro Cunhal visita países socialistas - Pág. 7

• O povo angolano ao ataque - Pág. 6

• Uma força invencível - Págs. centrais

• As etapas da luta do PCP - Pág. 6

• Unidade, caminho da vitória - Págs. centrais



## POR UMA SOLUÇÃO POLÍTICA DA CRISE

Alguns sectores políticos, assim como jornais do Norte e jornais estrangeiros estão lançando uma campanha contra o PCP em torno das recentes sublevações militares.

Ao mesmo tempo que sectores esquerdistas acusam o PCP de não ter querido participar no golpe, sectores reacçãoários acusam o PCP de ter preparado e participado no «golpe para a conquista do poder».

A acusação cujos fins são óbvios, não tem qualquer fundamento.

De há muito, ainda do tempo do V

Governo Provisório, o PCP se pronunciou contra um confronto militar e tem defendido uma solução política da crise.

Os extractos de documentos que se juntam a esta nota e que abrangem o período de 10 de Agosto a 28 de Novembro, mostram a persistência nesta orientação, a oposição a uma solução de força e de guerra civil, e a insistência numa solução resultante de negociação.

Coerente com essa orientação, tanto na

actividade política geral, como em encontros e diligências feitas junto de órgãos do poder e de representantes das diversas tendências militares e de organizações políticas, o PCP defendeu sempre com firmeza a mesma orientação, procurando contribuir para evitar um confronto militar que previsivelmente aproveitaria às forças da reacção e para promover ou facilitar um acordo e uma solução política.

Hoje, como sempre, o PCP permanece fiel à orientação traçada, que os aconteci-

mentos revelaram ser inteiramente justa e cujas linhas gerais continuam a constituir uma orientação básica a fim de congregar as forças necessárias para fazer frente à ameaça do fascismo que se avoluma, para defender as liberdades, para assegurar a vitória final da revolução portuguesa.

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

Documentos na pág. 3

## Editorial

# UMA CURVA DIFÍCIL E PERIGOSA

(Continuação da pág. 1)

defender as liberdades e outras conquistas da revolução. Portugal prosseguirá no caminho da democracia e do socialismo.

## O POVO DISSE NÃO À VIRAGEM À DIREITA

A tentativa de viragem à direita do PS-PPD, a tentativa de pôr em causa as conquistas da revolução, como a liberdade dos meios de informação, as conquistas sociais dos trabalhadores, as nacionalizações e a reforma agrária, — tentativas em grande parte consumadas no decurso do estado de sítio parcial — encontraram a firme e poderosa resistência da classe operária e das massas trabalhadoras.

Em grandiosas greves, paralizações e manifestações, que culminaram na histórica concentração de mais de 300000 pessoas em Lisboa, no dia 16 de Novembro, a classe operária e as massas populares disseram não às tentativas de viragem à direita.

A formidável resistência popular impossibilitou a aplicação da política de direita do PS-PPD e acabou por conduzir o governo a um beco sem saída. Foi o fracasso da tentativa de viragem à direita e a impotência do PS-PPD de imporem a sua política anti-popular no quadro das amplas liberdades do novo Portugal democrático que levou ao recurso crescente pelas esferas do poder a métodos de repressão.

O PS, o PPD e outros falsos democratas mostraram pelos seus actos as suas reais concepções e sentimentos antidemocráticos. Mostraram estar dispostos a proteger e estimular a contra-revolução e a liquidar as liberdades desde que os trabalhadores e as massas populares utilizem as liberdades contra os privilégios das classes exploradoras e parasitárias que o PS, o PPD e esses falsos democratas na realidade defendem.

O comunicado do Secretariado Nacional do PS emitido logo após a liquidação da sublevação militar e toda a orientação seguida em relação aos últimos acontecimentos, orientação que é hoje fortemente contestada por muitos socialistas e mesmo certas das suas organizações em bloco, são uma comprovação flagrante de tais concepções e sentimentos antidemocráticos. Da mesma forma, mas ainda mais grave é o documento de oito páginas do PPD que é um repertório de ideias e posições do mais extremo reacçãoarismo.

## A OFENSIVA ANTIDEMOCRÁTICA

Incapazes de imporem a viragem à direita por métodos democráticos, a aliança PS-PPD recorreu de forma crescente a métodos administrativos e repressivos, tanto contra o movimento popular, como contra o movimento revolucionário nas forças armadas.

Na cola do PS e do PPD a contra-revolução avançou mais alguns passos: As sublevações contra-revolucionárias em Rio Maior e no oeste e os assaltos por bandos armados a cooperativas agrícolas no Alentejo nos dias 24 e 25 são marcas da intensificação planificada das actividades contra-revolucionárias sob a asa protectora da aliança PS-PPD e de sectores militares conservadores, lançados numa política repressiva.

A ofensiva reacçãoária e direitista contra os meios de comunicação social e as sucessivas tentativas de os silenciar coroadas de êxito com as últimas medidas promulgadas ao abrigo do estado de sítio mostrou bem que os falsos democratas não suportam a liberdade de opinião, a liberdade da crítica, a liberdade no esclarecimento. As tentativas de controlo e monopólio dos meios de comunicação pela aliança PS-PPD mostra o seu falso pluralismo, a sua real vocação antidemocrática e ditatorial.

As acusações provocatórias de tentativas de assalto ao poder sempre que se realizam grandes manifestações populares — que entretanto se desenvolvem em completa ordem e disciplina em contraste com as desordens e violências das manifestações PS-PPD-CDS — mostram que os falsos democratas, que usam e abusam das liberdades de reunião e manifestação, não suportam o uso das liberdades pelos trabalhadores e pelas forças progressistas.

Após a formação do VI Governo Provisório, a pressa de saneamentos à esquerda nas forças armadas, de afastamento de comandantes revolucionários e de liquidação de unidades que sempre estiveram com a revolução, tiveram como fim colocar as forças militares ao serviço da viragem à direita.

É nessa política de repressão nas forças armadas que se têm de encontrar as razões da indignação e revolta de numerosos militares no dia 25 de Novembro. As sublevações espontâneas dos paraquedistas mostram a profundidade dos sentimentos de indignação contra métodos administrativos de direita.

Ao mesmo tempo que manifesta a sua solidariedade para com os militares revolucionários e progressistas que lutaram e lutam ao lado do povo trabalhador, em defesa da revolução, o PCP atribui graves responsabilidades nos acontecimentos a certos partidos, grupos e elementos esquerdistas irresponsáveis que, julgando poder-se brincar às insurreições e às tomadas do poder, comprometeram uma solução política pela qual o PCP se tem batido persistentemente e conduziram ao desastre alguns sectores militares.

As últimas medidas do Conselho da Revolução de atenuação do estado de sítio constituem um passo para a normalização da situação mas é ainda insuficiente e insatisfatório.

O estado de sítio na Região Militar de Lisboa deverá ser urgente e totalmente levantado. Se o estado de sítio fosse utilizado para instaurar um poder de direita, nenhum dos gravíssimos problemas que defronta a revolução portuguesa poderia ser resolvido.

Que não se iluda a reacção. O povo português continua firmemente decidido a defender as liberdades e as conquistas da revolução e a impedir a restauração duma nova ditadura.

## POR UMA SOLUÇÃO POLÍTICA

No momento em que se escrevem estas linhas, é ainda difícil prever todo o desenvolvimento e repercussões dos acontecimentos militares dos últimos dias. Uma coisa é certa. No quadro dum regime de liberdades, em Portugal só seria possível governar com um governo de esquerda e com uma política de esquerda. Uma política de direita pondo em causa as conquistas da revolução, só com repressão de tipo fascista poderá ser aplicada.

No decurso do agravamento da crise, o PCP insistiu constantemente na necessidade de uma solução política, a começar pelas estruturas do poder (MFA e Governo).

Que todos aqueles que não desejam ver de novo a pátria ensanguentada pelo terror fascista reflitam a tempo porque não é ainda tarde mas começa a sê-lo.

Tal solução continua na ordem do dia. A depuração maciça à esquerda que se está a operar nas forças armadas, poderá incitar a reacção a exigir a acentuação da política de direita do Governo Provisório.

Mantendo firmemente as suas organizações, reforçando a sua unidade, não se deixando desanimar pelos actuais acontecimentos militares, prontos para a acção de massas, serenos e confiantes, a classe operária, as massas populares, todas as forças progressistas e democráticas impedirão que assim aconteça.

A revolução portuguesa passará com êxito mais esta curva difícil e perigosa.

Temos confiança em que Portugal continuará no caminho da democracia e do socialismo.



# DETERMINAÇÃO E CONFIANÇA

(Continuação da pág. 1)

## 3. Numerosas lições terão de ser tiradas dos acontecimentos.

Mas para a sobrevivência da nossa jovem democracia, uma lição deve ser tirada imediatamente por todos aqueles que têm sido influenciados pelo radicalismo esquerdista: a divisão das forças da esquerda, a recusa de alianças, o combate ao PCP, são o caminho para a derrota, não só de quem defende tal política, como da própria revolução.

Outra lição deve ser tirada imediatamente por todos aqueles que, na esfera da influência do PS e do grupo dos nove, querem impedir a instauração de uma nova ditadura fascista: as alianças com a direita reacçãoária e o combate contra a esquerda são o caminho aberto para a sua própria perda e para a liquidação das liberdades e a perda da revolução.

O único caminho para salvar a revolução é a cessação imediata das acções contra a esquerda, a busca de soluções políticas para os problemas ainda decorrentes da ofensiva da direita e das sublevações militares e a acção comum de todos os antifascistas contra a reacção fascista que prepara o salto.

## 4. A repressão contra a esquerda militar, a desarticulação de unidades progressistas se não são rapidamente estancadas, e a nomeação de reacçãoários para postos de comando podem vir a dar a curto prazo a supremacia militar não àqueles que seguem os nove ou o PS, mas à direita fascista.

O perigo de uma ditadura fascista aparece claramente no horizonte, se não se unirem rapidamente todos os que querem fazer-lhe frente.

Como o PCP preveniu com insistência no decurso do desenvolvimento da crise dos sectores moderados do MFA e do PS, que, para lutarem contra a esquerda revolucionária, se aliaram à direita reacçãoária, correm o risco de serem ultrapassados, dominados e esmagados por esta.

A liberdade não se pode defender e a democracia não se pode construir com forças e com homens que querem liquidar as liberdades e instaurar uma nova ditadura. A liberdade defende-se com aqueles que lutam por ela.

O socialismo não se constrói com os que representam o capital e o imperialismo. O socialismo constrói-se com os trabalhadores.

Na difícil situação que se atravessa, em toda a parte se devem aproximar e unir todos os que estão dispostos a defender as liberdades, a democracia, a revolução portuguesa.

O divisionismo entre antifascistas, venha dos oportunistas da direita, venha dos esquerdistas pseudo-revolucionários, é um verdadeiro crime contra a revolução, é um novo trunfo dado aos contra-revolucionários.

Nas fábricas, nos campos, em todos os locais de trabalho, em todos os sectores da vida nacional, os trabalhadores, os antifascistas, devem pôr de parte tudo quanto os divide para se aproximarem e entenderem na base daquilo que os une: a salvaguarda das liberdades e das outras conquistas da revolução, a sobrevivência da jovem democracia portuguesa.

## 5. O avanço das forças contra-revolucionárias exige que todos aqueles que querem defender as liberdades e a revolução juntem e coordenem os seus

esforços para obterem no imediato alguns objectivos essenciais:

- Solução negociada e política das situações de sublevação militar ainda existentes;
- Cessação imediata da repressão, de prisões, perseguições e saneamentos à esquerda;
- Medidas severas contra actividades contra-revolucionárias, designadamente do ELP e MDLP;
- Pronto termo do estado de sítio na Região Militar de Lisboa e restabelecimento e defesa do exercício das liberdades e direitos dos cidadãos em todo o território nacional.

É necessário que, na Região Militar de Lisboa, seja prontamente autorizada a publicação e difusão dos jornais, e a realização de reuniões. A prolongar-se a situação actual corresponde à instauração de facto de uma ditadura regional que não conduzindo a uma ordem democrática respeitada pelo povo, provocará vivas reacções, conduzirá a novas perturbações e agravará ainda mais a situação.

Numa situação tão complexa, a classe operária e as massas populares têm mostrado de forma incontestável tanto o seu amor pela liberdade como a sua elevada consciência e sensibilidade política. O pronto termo do estado de sítio é a decisão que melhor pode corresponder à necessidade de defender a ordem democrática e as liberdades.

## 6. As formas de acção popular no momento presente variam segundo as diferenças nas situações regionais.

Na região militar de Lisboa é necessária grande serenidade, evitando e desmascarando quaisquer provocações e não dando pretextos aos elementos reacçãoários para iniciativas repressivas por virtude de desrespeito das normas do estado de sítio. Dentro destas normas a actividade do Partido e de todas as organizações, apesar de gravemente limitada pelas medidas militares, deve prosseguir regularmente.

No resto do país, onde quer que não foi instalado de facto um poder local reacçãoário (como foi o caso dos Açores), os partidos, as organizações sindicais e todas as outras organizações legais devem prosseguir as actividades sem qualquer interrupção.

A luta pelos objectivos imediatos que se colocam no momento presente pode e deve desenvolver-se utilizando todas as formas que se inserem no exercício das liberdades e direitos conquistados após o 25 de Abril.

Portugal continua a ser um país democrático. Apesar das dificuldades do processo revolucionário e dos perigos da contra-revolução, as liberdades fundamentais (as liberdades de associação, de imprensa, de expressão de pensamento, de reunião, de manifestação, assim como o direito à greve) são reconhecidas a todos os cidadãos. Devem continuar a ser exercidas com determinação e confiança. Deve-se lutar por elas onde quer que atentem contra elas.

28 de Novembro de 1975.

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

# POR UMA SOLUÇÃO POLÍTICA DA CRISE

## Extractos de documentos do PCP abrangendo o período de 10 de Agosto a 28 de Novembro, anexos à nota do Secretariado do Comité Central de 29 de Novembro de 1975

### • 8 DE AGOSTO –

Comunicado da Comissão Política.

A cristalização de ideias, a incapacidade de confrontar opiniões, o sectarismo, só podem dificultar a busca de justas soluções. A situação presente obriga todas as forças políticas responsáveis interessadas no processo revolucionário a um reexame das experiências, dos êxitos e dos insucessos desde o 25 de Abril.

A agudização de divisões e conflitos internos nas forças que estão com o processo revolucionário só à reacção pode aproveitar. É necessário evitar um processo de progressiva fragmentação das correntes que estão com o processo. Contra a tendência para a fragmentação é necessário opor a tendência para a unificação. Existem perigosas tensões. A todo o custo é necessário evitar confrontos irremediáveis, que possam conduzir a revolução à sua perda.

### • 10 DE AGOSTO –

Intervenção de Álvaro Cunhal na reunião do Comité Central do PCP.

Insistindo-se firmemente nas grandes opções da Revolução Portuguesa, urge realizar um grande esforço de reunificação de todas as forças interessadas no processo.

Pela sua parte o PCP está pronto a examinar em comum a situação e formas de cooperação com todos os que estão com o processo revolucionário e dispostos a cooperar com os comunistas. Sob estas condições básicas, não fazemos quaisquer discriminações.

### • 20 DE AGOSTO –

Declaração do PCP apresentada por A. Cunhal numa Conferência de Imprensa.

Nas condições actuais, por todos os elementos conhecidos publicamente, o reforço e própria existência do MFA dependem, não da hegemonia dum dos seus sectores, mas de um esforço sério, responsável e imediato no sentido da negociação e do entendimento de todos os revolucionários na base de uma plataforma que mantenha o MFA como força progressista e como vanguarda revolucionária, que defina uma luta enérgica contra a violência reaccionária, que assegure as conquistas da revolução e as linhas programáticas gerais anteriormente definidas dentro da opção socialista.

Todas as forças políticas, civis e militares, que se afirmam interessadas no processo revolucionário, que querem que sejam salvaguardadas as liberdades e impedir o regresso ao passado fascista, têm a obrigação estrita de fazerem um imediato esforço no sentido de se encontrar através da negociação uma solução para o problema do poder político.

Uma séria e imediata tentativa de diálogo e entendimento (tanto no MFA como no movimento popular e democrático) é essencial para derrotar a contra-revolução em marcha, afastar o perigo da restauração do fascismo, defender as liberdades, salvar a revolução portuguesa.

O menosprezo pelos perigos do fascismo, a sobrestimação das próprias forças e a pretensão de hegemonia por qualquer das forças e sectores, as alianças com poderosos sobrepostos pessoais ou de grupo aos interesses gerais da revolução.

### • 29 AGOSTO –

Declaração da Comissão Política apresentada por Álvaro Cunhal numa Conferência de Imprensa

Por isso, sem esperar pela solução da crise existente no MFA e nas Forças Armadas, é indispensável que todas as forças e sectores interessados em impedir a instauração de uma nova ditadura, em defender as liberdades e assegurar o seu exercício, em garantir o prosseguimento da Revolução portuguesa façam um decidido esforço para encontrar em comum uma saída para a crise.

A hora não é para polémica, as discussões ideológicas e as acusações recíprocas. A hora é para a busca de uma solução comum e a contribuição construtiva de cada qual para alcançar esse objectivo.

O PCP propõe que seja considerada por todos os interessados a imediata realização de um encontro entre as delegações das principais forças e sectores que podem e devem procurar, em comum, uma solução para a crise, designadamente:

- Representantes oficiais das instâncias do poder militar e civil (Presidência da República, Governo Provisório e Conselho da Revolução);
- Representantes das principais tendências existentes no MFA – esquerda militar, oficiais do COPCON e grupo dos nove;
- Representantes de partidos políticos: Partido Comunista Português, outros partidos e organizações participantes no projecto da criação de uma ampla frente revolucionária, Partido Socialista.

### • 4 SETEMBRO –

Editorial do «Avante!»

(...) é urgente impedir a deterioração progressiva da situação com o agravamento dos conflitos existentes entre as forças e sectores que têm estado com o processo.

Para isso é indispensável pôr de parte ideias feitas, reservas, desconfianças, animosidades, por muito legítimas e fundamentadas que sejam, e encetar com coragem política e sentido das responsabilidades o caminho da negociação. Negociação compreendida não com espírito

polémico mas com a vontade de dar uma contribuição construtiva para a crise mais complexa e ameaçadora que até hoje atravessou a Revolução portuguesa.

A proposta feita pelo PCP, no dia 28 de Agosto, de um encontro em que participariam representantes oficiais das instâncias do poder militar e civil, das principais tendências existentes no MFA, de partidos e organizações revolucionárias e ainda do PS, visava apontar qual é no entender do PCP o caminho e o quadro da negociação com vista a encontrar uma saída para a crise e uma base comum na luta política e militar eficiente contra a reacção.

(...) O entendimento e a cooperação de partidos e outras organizações, assim como a sua aliança com o MFA, é essencial para reforçar a grande torrente revolucionária que fará frente à reacção e assegurará o triunfo final da Revolução Portuguesa.

### • 11 SETEMBRO –

Editorial do «Avante!»

A possível formação do VI Governo Provisório... não anula a necessidade de um amplo debate entre todas as forças interessadas no processo revolucionário, quer aliadas quer colocadas em posições adversas. Um debate em que participem sem condições prévias as diversas tendências do MFA, as forças da esquerda revolucionária em que se enquadra o PCP e, ainda, o PS, pode beneficiar o processo revolucionário e criar as condições necessárias para conjurar decididamente a escalada da contra-revolução.

### • 26 SETEMBRO –

Discurso de Álvaro Cunhal no comício no Porto

O PCP considero que um confronto físico, militar, entre forças e sectores que têm estado com o processo era extremamente perigoso para a revolução. Por isso defendeu a necessidade de negociação e a solução simultânea da crise no MFA (recompondo as suas estruturas e não permitindo a sua dissolução na massa das forças armadas) e da crise no governo (formando o VI Governo com a mais ampla base de apoio civil e militar à escala nacional).

### • 2 OUTUBRO –

Editorial do «Avante!»

Para corresponder às necessidades da complexa fase actual da revolução e criar condições para o estabelecimento de uma verdadeira autoridade e disciplina nas forças armadas a estruturação do MFA exige, não a consumação de ruptura entre sectores que, apesar das diferenças de opinião, estão com o processo revolucionário, não posições hegemónicas de tal ou tal tendência e uma linha de liquidação das restantes acompanhada por um saneamento à esquerda, mas a reaproximação e reunificação das principais tendências com vista à defesa das liberdades e à construção dum regime democrático, ao combate comum contra o perigo da contra-revolução fascista.

(...) Para que estes objectivos sejam alcançados, são condições essenciais o firme combate à contra-revolução, um real esforço para a reunificação e unidade de acção das forças populares e militares revolucionárias na luta em defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução, na construção de um Portugal democrático a caminho do socialismo.

A crise só pode ser completamente superada na base dessa reunificação e unidade de acção, tanto na acção política geral e na luta das massas populares, como ao nível dos órgãos superiores do poder político (MFA e Governo).

### • 7 DE OUTUBRO –

Comunicado da Comissão Política sobre a situação política

O PCP pronuncia-se contra a guerra civil e por uma solução política da crise. O PCP diz firmemente não à guerra civil.

A gravidade da situação exige que todas as forças empenhadas em que Portugal não regresso ao fascismo, todas as forças empenhadas na defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução façam um decidido esforço para encontrarem uma saída para a crise que continua a aprofundar-se.

O PCP insiste na sua proposta de um encontro de representantes das várias tendências do MFA, do PCP e de outros partidos da esquerda revolucionária, e do PS, para examinarem em conjunto a situação com vistas a debaterem os graves problemas da actualidade.

Segundo o PCP, a solução da crise nos órgãos do poder exige o reforço das posições das forças revolucionárias nos órgãos superiores do poder político, designadamente no Conselho da Revolução e no Governo Provisório.

### • 9 OUTUBRO –

Nota da Comissão Política do Comité Central

O PCP insiste na ideia de um encontro com a participação das principais tendências do MFA, do PCP, de outros partidos revolucionários e do PS, para examinar em comum a situação e a saída para a crise.

Aqueles que se recusam a encarar uma saída política que corresponda à actual situação e procuram pela força uma solução de direita tomam grave responsabilidade perante o povo português.

### • 10 OUTUBRO –

Nota da Comissão Política do Comité Central

O PCP insiste na ideia de que a superação da crise passa por um sério exame e entendimento entre as forças responsáveis, pelo reforço das posições da esquerda revolucionária nos órgãos do poder político e militar, por uma firme política de combate à reacção.

### • 19 OUTUBRO –

Discurso de Álvaro Cunhal em Torres Novas

A crise da revolução não pode ser vencida por uma única força política ou político-militar isoladamente. Há a este respeito grandes ilusões tanto em sectores moderados e de direita como em alguns grupos da chamada extrema esquerda. Essas ilusões podem levar à aventura, e a aventura ao desastre de quem a empreenda.

Nenhum partido ou sector do MFA está em condições de tomar só para si as responsabilidades do poder e da condução do processo revolucionário.

### • 23 OUTUBRO –

Editorial do «Avante!»

É urgente reconsiderar a estrutura e composição dos órgãos do poder. A reunificação do MFA numa base progressista das suas principais tendências seria um passo de extraordinário relevo para a consolidação e o prosseguimento da revolução.

### • 30 OUTUBRO –

Editorial do «Avante!»

A solução global da crise passa... por uma plataforma política que reúna os esforços conjugados de todas as forças realmente interessadas na defesa da Revolução.

Reunificar o MFA restituindo-lhe a sua índole revolucionária, que permanece intacta nas manifestações, assembleias e plênários de soldados, sargentos e oficiais.

### • 7 NOVEMBRO –

Discurso de A. Cunhal no comício do Pavilhão dos Desportos

Sobrepondo-se à política de divisão das forças reaccionárias, à intriga anticomunista, às alianças com as forças reaccionárias, à desagregação esquerdista, todos aqueles que não querem que volte o passado fascista, todos aqueles que querem construir um Portugal democrático e caminhar para o socialismo, acabarão por saltar por cima das interdições e excomunhões dos arautos e chefes de divisionismo e acabarão por unir-se ombro com ombro, fraternalmente, na luta contra os inimigos da revolução e na obra criadora na construção da nova sociedade.

(...) É tempo que as tendências principais do MFA procurem com toda a seriedade uma reaproximação e reunificação, que se traduza na orientação política e nas estruturas orgânicas.

(...) Continuamos a considerar necessário e possível o reforço e a revitalização do MFA de forma a poder continuar a ser uma componente essencial da revolução portuguesa.

### • 7 DE NOVEMBRO –

Nota da Comissão Política do Comité Central

A revolução vive outra vez uma das crises mais profundas e graves. A ameaça do fascismo está de novo perfilhada, com toda a cruzeta. Só os ingénios e os cúmplices ousam negá-lo. Ou as forças interessadas em dar decidida batalha à «revanche» fascista e em defender as liberdades e as outras conquistas fundamentais da revolução se entendem e unem num mesmo combate com estes objectivos, ou a reacção avançará, quer jogando mão do golpe de Estado, quer ocupando novas posições estratégicas de onde iniciará a recuperação do processo revolucionário. É fundamental o entendimento dos Partidos políticos de esquerda e de todas as forças democráticas,

mas é indispensável o entendimento das diferentes tendências existentes no MFA, que, reconstituído e reorganizado como movimento progressista e vanguarda política das Forças Armadas, continua a constituir uma garantia decisiva para a edificação de um Portugal democrático a caminho do socialismo.

### • 12 NOVEMBRO –

Nota da Comissão Política do Comité Central

Cada vez mais se torna evidente a necessidade de encontrar corajosamente uma solução para a crise.

Mais uma vez o PCP acentua que essa solução tem de passar pelo reforço das posições de esquerda nas estruturas do poder político-militar, pela unidade de todas as forças revolucionárias, por uma recomposição do MFA, como força revolucionária, assente num entendimento das suas correntes.

### • 20 NOVEMBRO –

Manifesto da Comissão Política do Comité Central

A solução da crise passa, como o PCP tem defendido, pela reunificação e reestruturação do MFA, pela unidade das forças revolucionárias, pelo reforço das posições da esquerda nos órgãos do poder político e militar.

### • 21 NOVEMBRO –

Declaração do Comité Central

(...) o caminho da superação da crise nas forças armadas continua a ser a reunificação das tendências progressistas do MFA e o prosseguimento da sua política de vanguarda na base da luta contra a direita reaccionária e dum plataforma que assegure uma vida democrática, a defesa das conquistas da revolução e o caminho para o socialismo.

(...) O PCP pronuncia-se firmemente por uma solução política e não por actuações inconsideradas que criem condições favoráveis para um golpe de força de direita.

(...) O PCP apela para um sério esforço pela reunificação do MFA numa base progressista, pelo reforço das tendências revolucionárias no Conselho da Revolução, por um governo onde não esteja o PPD, partido da reacção, e onde sejam reforçadas as posições da esquerda militar e civil.

Pela sua parte, o PCP está pronto a participar nas negociações indispensáveis para abrir caminho para um tal resultado.

### • 25 NOVEMBRO –

Nota da Comissão Política do Comité Central

Na sequência da orientação que tem defendido, o PCP insiste na necessidade de se buscar urgentemente uma solução política para a crise.

(...) A saída da crise está na reorganização do MFA numa base progressista e na formação de um governo de esquerda na base de uma plataforma que corresponda aos interesses, aspirações e objectivos das classes trabalhadoras e do povo em geral.

(...) Todas as forças progressistas militares e civis estão interessadas numa solução política negociada.

Tal como sempre, o PCP continua pronto a examinar em conjunto a saída da situação.

### • 28 NOVEMBRO –

Nota da Comissão Política do Comité Central

O PCP defendeu com insistência uma solução global da crise consistindo na reaproximação e reunificação das tendências do MFA e no reforço da representação das forças de esquerda (civil e militar) no governo, de onde deveria sair o PPD, partido da reacção.

(...) Ainda no momento presente, apesar da nova situação criada e de uma nova correlação de forças, as linhas gerais fundamentais da solução da crise preconizada pelo PCP continuam a ser o único caminho que pode cortar o passo à contra-revolução.

**REVISTA INTERNACIONAL**

(12 números)

CONTINENTE E ILHAS	
Via normal	220\$00
Via aérea	240\$00
EUROPA	
Via normal	230\$00
Via aérea	280\$00
OUTROS PAÍSES	
Via normal	230\$00
Via aérea	450\$00
ANGOLA, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MACAU, MOÇAMBIQUE, S. TOMÉ, TIMOR	
Via normal	230\$00
Via aérea	400\$00

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

**O Militante**

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

(12 números)

CONTINENTE E ILHAS	
Via normal	70\$00
Via aérea	85\$00
OUTROS PAÍSES	
Via normal	90\$00
Via aérea	175\$00
EUROPA	
Via normal	90\$00
Via aérea	120\$00
ANGOLA, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MACAU, MOÇAMBIQUE, S. TOMÉ, TIMOR	
Via normal	90\$00
Via aérea	150\$00

Envie em cheque/vale de correio, correspondente ao preço da assinatura para «Editorial Avante!», Av. Santos Dumont, 57-2., LISBOA

# UNIDADE CAMINHO DA VITÓRIA

Face à grave e complexa situação actual, a Revolução portuguesa exige o reforço da unidade das classes trabalhadoras e das forças progressistas

O espectro do fascismo ergue-se de novo sobre a terra portuguesa.

Os equívocos da política dos partidos burgueses, desde os que apontaram para soluções tibias e oportunistas de compromissos com o capital, os monopólios e o imperialismo até aos grupelhos aventureiros que com o seu palavreado demagógico mascararam o mais completo anticomunismo e a mais total ignorância face ao desenrolar do processo revolucionário, abriram as portas às forças da reacção.

Conforme o Partido Comunista Português apontara, o fascismo derrubado em 25 de Abril de 1974 aguardava apenas que as brechas que os seus serventuários abriram na unidade das forças progressistas lhe permitisse avançar para restaurar a ordem política que interessa aos monopólios e aos senhores do capital.

A unidade das forças revolucionárias que foi sempre a plataforma que permitiu os avanços da Revolução portuguesa continua a ser a base da sua defesa.

A unidade das forças de esquerda em Portugal foi a resposta política ao indesejável facto de que o regime fascista correspondia apenas ao exercício do poder político ao serviço de

uma minoria explorada de todo o povo português.

Grandes agrários, banqueiros, monopolistas eram a ínfima minoria que utilizou o aparelho de Estado fascista, as suas polícias, os seus tribunais, os seus sistemas fiscais e administrativos, para explorar e oprimir todo o povo português, as classes trabalhadoras, os pequenos e médios comerciantes, industriais e agricultores, o campesinato, largos sectores das profissões liberais.

Apresentando naturalmente diferenças entre os seus interesses, a grande maioria das classes e camadas do povo português eram exploradas e oprimidas pelo fascismo. Todas elas estavam e estão vitalmente interessadas na sua destruição.

As classes trabalhadoras e especialmente a classe operária defrontavam a exploração desenfreada nas fábricas e nas empresas, ao mesmo tempo que a repressão lhes impedia a utilização das suas formas de luta, proibia a greve, os sindicatos livres.

As massas camponesas eram igualmente vítimas da política dos patrões do fascismo. Da exploração desenfreada de milhares de trabalhadores agrícolas alentejanos até à situação de miséria dos pequenos e mesmo médios campones

do Centro e do Norte do país, os trabalhadores da terra viviam sujeitos à política dos grandes agrários, dos intermediários, de uma política fiscal que os espoliava, de uma política agrícola que fez da agricultura portuguesa a mais atrasada da Europa.

Pequenos e médios industriais e comerciantes viram durante o fascismo as suas empresas serem sucessivamente absorvidas pelos grandes monopólios, viram-se na dependência feroz do capital bancário, viram o Estado lançar sobre eles inoportunos impostos e taxas fiscais, sofreram nos últimos anos do regime de Salazar e Caetano o ataque concertado dos monopólios nacionais e estrangeiros para os quais era criada uma política oficial de incompetência, exploração e desinteresse.

Largos sectores das classes médias — profissões liberais, técnicos, etc. — encontraram no fascismo a permanente negação da sua valorização profissional, a sujeição primeira a um ensino caduco e retrógrado e depois ao domínio das suas actividades profissionais pelo exclusivo interesse dos monopólios. A defesa dos interesses profissionais surgia igualmente vedada a estas camadas pela interdição sobre a livre actividade associativa.

Todo o Povo português sem excepção foi, finalmente, a vítima da criminosa guerra colonial em que durante treze anos o capital monopolista e o imperialismo lançaram Portugal. Ao serviço dos interesses do imperialismo e dos seus criados portugueses, milhares e milhares de jovens morreram ou ficaram estropeados numa luta que lhes não pertencia, perderam anos e anos de vida activa e útil ao serviço do seu país. Para pagar esse esforço da guerra, o fascismo empobreceu o país, arruinou a economia portuguesa, hipotecou a independência da nossa Pátria.

O fascismo e os monopolistas e grandes agrários que deles aproveitaram eram o inimigo comum do Povo português.

Contra esse inimigo comum, a classe operária e o seu Partido de vanguarda, o Partido Comunista Português, apontaram sempre o caminho da unidade das forças que se opunham ao fascismo.

Esta unidade de acção foi defendida e cumprida pelos comunistas como única forma de assegurar à luta contra o fascismo e pela defesa dos interesses do nosso povo a ampla participação de todos os portugueses, não apenas no sentido de dar a essa luta a força que era necessária,

como também de assegurar na construção de uma sociedade democrática a mais ampla participação, a participação activa de todos que permitisse a edificação de uma sociedade onde os interesses de todos fossem salvaguardados e defendidos pela própria intervenção dos interessados.

A política de unidade conheceu fórmulas diversas adequadas à situação real das etapas por que passou a luta do povo português pela sua libertação. Nas duras condições de clandestinidade impostas pelo terrorismo fascista, apenas a classe operária soube criar, defender e desenvolver o seu Partido. Tal facto não impediu porém que os comunistas procurassem em todas as situações alargar a sua acção a todos os sectores do povo, batendo-se pela criação de organizações unitárias onde não procuraram jamais a hegemonia ou a supremacia, limitando-se a corresponder às responsabilidades que a sua dedicação e experiência assegurava na luta.

Depois do 25 de Abril, quando a heroica acção do Movimento das Forças Armadas destruiu as bases repressivas do fascismo, novamente o PCP apontou o caminho da unidade como condição do triunfo do processo iniciado naquela madrugada.

O PCP apontou como indispensável a unidade dentro do Movimento das Forças Armadas, entre as várias tendências dos oficiais que fizeram o 25 de Abril. O PCP apontou a necessidade da unidade do movimento popular de massas, da unidade de todas as estruturas que o compunham: unidade das organizações políticas e partidos progressistas, unidade do movimento sindical, unidade das organizações de base. O PCP apontou, finalmente, a condição-base do triunfo, a unidade entre as duas componentes do processo revolucionário, a unidade povo-MFA.

Nem sempre as forças políticas portuguesas compreenderam como a classe operária e o seu Partido a necessidade desta política, a necessidade da coesão de esforços para esmagar definitivamente a reacção, o inimigo fascista que, derrotado, espreitava e espreita as possibilidades da desforra. Longe de actuarem consequentemente para a unidade de todas as forças interessadas em esmagar a reacção, elementos irresponsáveis agrupados em organizações pseudo-revolucionárias e políticos ambiciosos explorando a despolitização imposta por cinquenta anos de fascismo tentaram a todo o transe impor a sua política e a

supremacia das organizações que entretanto criaram nas condições proporcionadas pelo derrubamento do fascismo. Longe de respeitarem a absoluta necessidade da defesa da unidade, verbalistas e elementos conservadores lançaram-se freneticamente no esforço de conquistas de influências no MFA e nas organizações populares, numa actividade divisionista que teve consequências gravíssimas.

Apontando a unidade como o caminho da vitória, o PCP sempre manteve o rigor da sua acção, sobrepondo frequentemente à defesa de aspectos localizados da sua orientação o princípio fundamental da defesa da unidade. Assumindo as responsabilidades que lhe cabiam no desenvolvimento do processo revolucionário, o PCP cuidou sempre de respeitar a diversidade de opções políticas dentro do MFA e nas organizações de massas, procurando permanentemente encontrar plataformas de entendimento que salvaguardassem a mais ampla participação do povo português na construção da democracia.

As propostas feitas pelo PCP têm o cunho de uma política virada para a defesa intransigente dos interesses das massas populares, da recusa de aventuras

divisionistas e suicidas ao lado da recusa de soluções que, por pactuarem com as pressões do imperialismo, da reacção, pusessem em causa as conquistas da Revolução.

Os que, com as suas manobras divisionistas, a procura de soluções de direita para os problemas nacionais abriram as portas não só a actos desesperados de elementos seriamente empenhados na construção da democracia em Portugal, como também ao fortalecimento das forças de direita dentro e fora das Forças Armadas defrontam hoje uma pesada responsabilidade. E é indispensável que revejam a sua acção no sentido de, neste momento em que a reacção espreita, fortalecerem a unidade que tão seriamente prejudicaram.

Sem posições sectárias, olhando de frente o problema essencial da defesa das liberdades, os comunistas apontam o caminho da unidade de acção de todas as forças interessadas em barrar o caminho à reacção e ao fascismo.

A quebra da unidade custou nos últimos meses muito caro à Revolução e ao povo português. A defesa dos interesses das massas populares e das conquistas da revolução exigem a reconstrução imediata da unidade das forças democráticas civis e militares.

## NACIONALIZAÇÕES E REFORMA AGRÁRIA CONQUISTAS QUE TÊM DE SER DEFENDIDAS

As grandes conquistas dos trabalhadores alcançadas depois do 25 de Abril, nomeadamente as nacionalizações e a reforma agrária, têm que ser defendidas por todos os trabalhadores, por todo o Povo Português

Desde 25 de Abril de 1975 grandes e importantes passos em frente têm sido dados na nossa revolução a caminho do socialismo. Alguns dos mais antigos e justos anseios das massas trabalhadoras e do Povo português em geral foram alcançados. Ao mesmo tempo que foram instituídas as mais amplas liberdades políticas, incluindo a livre fundação e actividade dos partidos políticos, grandes e históricas conquistas sociais foram conseguidas pelos trabalhadores, nomeadamente duas: as nacionalizações e a reforma agrária.

Durante as quase cinco décadas de fascismo a que Portugal esteve submetido, os trabalhadores portugueses foram explorados até à última gota de sangue, até à última gota de suor pela ditadura terrorista dos monopólios — a forma específica que o fascismo assumiu em Portugal.

Os grandes senhores da terra e da finança, os capitalistas e latifundiários, dominavam em absoluto Portugal e os portugueses. Eles próprios exerciam ou se identificavam com o poder político, mantendo em suas mãos, apoiados no recurso indiscriminado à mais feroz repressão.

A pouco e pouco, entretanto, as massas trabalhadoras, nomeadamente a sua vanguarda mais consciente e determinada — os comunistas —, através de uma luta paciente mas firme, dolorosa mas determinada, foram criando as condições para que o odioso regime fascista fosse derrubado. Isso viria a ser conseguido graças à decisiva e decidida intervenção

dos militares antifascistas e revolucionários do 25 de Abril.

Para o povo português subjugado pelo fascismo, novas possibilidades se abriram para a satisfação dos seus justos anseios. Desde logo as massas trabalhadoras se lançaram na ofensiva, à conquista de uma sociedade mais justa, uma sociedade em que a exploração do homem pelo homem fosse para sempre afastada. As nacionalizações e a reforma agrária inscrevem-se precisamente entre esses objectivos, e por isso a sua institucionalização foi saudada com compreensível alegria e entusiasmo revolucionários por todos os trabalhadores portugueses.

As conquistas alcançadas após o 25 de Abril de 1974 foram conseguidas na base da estreita aliança entre o imparável movimento popular de massas e o movimento dos militares progressistas catalisado no MFA. Vencidas as dificuldades dos primeiros meses da revolução, levantadas pelas contradições existentes nomeadamente no seio do poder militar, o ponto mais alto dessa aliança, coroado pela vitória de 11 de Março, coincidiu precisamente com a tomada de medidas populares e de defesa dos interesses dos trabalhadores, como o foram as nacionalizações e a reforma agrária.

Tais medidas estiveram longe de implicar a imediata destruição da base económica do regime capitalista. Os monopólios receberam uma rude machadada, mas seria ingenuidade supor que o caminho para a sociedade socialista estava já isento de escolhos.

A partir de então, as massas trabalhadoras organizadas tiveram de enfrentar a tenaz, desesperada e aliás já prevista resistência de quantos se sentiram atingidos nos seus privilégios de classe construídos sob a sombra do cúplice regime fascista.

Sucederam-se as sabotagens, as acções repressivas, as calúnias. Um incompletíssimo saneamento ao nível do aparelho de Estado facilitou todas as manobras a que os capitalistas e latifundiários recorreram, no intuito declarado de entrar o passo ao processo revolucionário.

Mas os trabalhadores do campo e da cidade, a classe operária e os assalariados agrícolas, juntamente com os pequenos e médios agricultores, souberam unir-se e organizar-se, souberam privilegiar os interesses comuns e secundarizar o que eventualmente os podia afastar. Numa manifestação inequívoca do seu empenho e determinação, da sua vontade de fazer avançar a revolução, souberam defender as conquistas alcançadas.

O espírito de criação e iniciativa, a capacidade de gestão e planeamento da classe operária foram postos à prova. De uma maneira geral, pode-se dizer que a prova foi vencida. Os trabalhadores portugueses mostraram-se capazes de ser senhores dos seus próprios destinos.

Na sua dura luta pela defesa e avanço da reforma agrária, merecem ser dada um lugar de destaque os trabalhadores agrícolas do Sul. Opondo a sua firmeza revolucionária aos obstácu-

los e incompreensões, aos boicotes e sabotagens, às calúnias e campanhas difamatórias, eles merecem a admiração de todos os revolucionários, de todo o povo português.

A par dos operários metalúrgicos, da construção civil

e de outros, os assalariados agrícolas do sul estão na vanguarda da luta por uma sociedade mais justa, uma sociedade verdadeiramente democrática — a sociedade socialista. As nacionalizações e a reforma agrária fazem já hoje parte do pa-

trimónio das classes trabalhadoras em luta contra todas as formas de opressão e de desigualdade, a caminho do socialismo. Elas não dizem apenas respeito aos trabalhadores nelas directamente interessados, mas sim a todo o Povo Português.

O nosso processo revolucionário tem-se caracterizado por avanços e recuos, por fases de fluxo e refluxo da luta de massas e de contra-ofensiva das forças de direita. Mas em qualquer circunstância, as conquistas da revolução têm

que ser defendidas. Fiéis à luta que têm desenvolvido, fiéis à firmeza e determinação revolucionária de que têm dado provas, as massas trabalhadoras saberão vencer todos os obstáculos e caminhar rumo ao socialismo.



# O ANTICOMUNISMO ARMA DA REACÇÃO

A luta no campo ideológico constituiu sempre expressão da luta de classes nos seus diversos campos. Actualmente, o anticomunismo constitui a mais clara expressão do peso que a batalha no campo ideológico assume na batalha geral entre as classes em choque. Arma preferencial da reacção, não é somente a reacção que a utiliza. Recorre também a ela todos os que, não estão interessados na concretização de processos revolucionários autênticos, por tais processos colidirem, na sua evolução e objectivos, com os seus interesses de classe, com padrões e estilos de vida de que não querem abdicar. Não são apenas a direita fascista e a social-democracia que temem o verdadeiro socialismo — o socialismo científico. Também o teme uma pretensa esquerda pequeno burguesa, radicalista, de fachada socialista, que, por isso mesmo, é presa igualmente do anticomunismo.

Por força da cuidada utilização dessa arma reacção estudada nos centros de provocação e diversificação ideológica, o anticomunismo não se instala apenas na consciência dos que têm algo a ganhar com a sua propagação. Também tenta instalar-se entre trabalhadores com menor consciência de classe que se furtam aos reais sacrifícios, inseparáveis do avanço por uma via verdadeiramente revolucionária. As calúnias mais grosseiras desempenham há meio século, em todo o mundo, um importante papel nas campanhas anticomunistas. A reacção aproveita-se da ignorância de populações atrasadas

para espalhar boatos tão ridículos (mas tão infames) como o de que os comunistas utilizam em comum as suas mulheres, o de que roubam os filhos às mães, ou o de que dão uma injeção na orelha dos velhos para apressar a sua morte. Simultaneamente, os especialistas do anticomunismo utilizam, para outro tipo de público, formas profundamente sofisticadas que envolvem a deformação do marxismo.

Não é por acaso que se empenham batalhões de pessoas no estudo de formas do anticomunismo e da sua diversificação ideológica. Não é por acaso que, com esse objectivo, se gastam rios de dinheiro. O anticomunismo é uma poderosa arma que tem como fim voltar contra os seus próprios interesses, contra o seu próprio futuro, partes consideráveis da população trabalhadora de cada país e isolar os mais abnegados defensores da democracia, os revolucionários mais consequentes — os comunistas.

No Portugal fascista de Salazar e Caetano, a par da brutalidade da repressão, do esmagamento de todas as formas culturais válidas, de todas as possibilidades abertas de expressão, informação ou simples troca de opiniões e debate de problemas — o anticomunismo foi sempre uma arma particularmente usada. As crianças aprendiam logo nos bancos da escola a votar os comunistas às chamas do inferno... O anticomunismo fracassou, contudo, por múltiplos motivos. Era inevitável. Os comunistas eram os mais perseguidos, os combatentes que mais corajosa

e abnegadamente lutavam pelos interesses dos trabalhadores e assim se opunham a um regime odiado pelas mais amplas massas populares.

O 25 de Abril não fez descer de tom a campanha anticomunista. Limitou-se a alterar-lhe (em certos casos) as formas. A agudização da luta de classes exigia que não se debilitasse arma tão eficaz. Na prática, a direita e a pseudo-esquerda irmanaram-se, como antes, para fazer face ao avanço do processo revolucionário.

Os recursos utilizados são muitos. Aproveitamento de velhos chavões, baseados na ignorância herdada do fascismo e nos conceitos pequeno-burgueses. Fascistas e social-democratas, mesmo quando mascarados de socialistas, são unânimes em apontar o socialismo como reino de miséria e de terror (em particular quando a evolução dos acontecimentos lhes é favorável ou o desespero lhes deixa cair a máscara). O problema da liberdade é tónica constante. Uma liberdade que o comunismo negaria, e em nome da qual se lançam no processo de sufocação de uma informação livre, porque empenhada na defesa das conquistas revolucionárias, no processo de liquidação de todos os órgãos ligados à defesa dos interesses populares (quer nas zonas de habitação, quer nas zonas de trabalho), esforçando-se por afastar da sua direcção gente votada à concretização da verdadeira função revolucionária de tais órgãos.

O problema de liberdade e do pretensio terror (que seria apanágio das sociedades socialistas)

— sempre agitado — tem-se baseado no desperdido aproveitamento da dolorosa experiência do fascismo, vivida por duas gerações de portugueses.

A aviltante acusação de se encontrar ao serviço de interesses estrangeiros de que os comunistas têm sido objecto, é também particularmente utilizada. Pretende-se assim utilizar sentimentos de nacionalismo. Grita-se — «a pátria está em perigo!», «está em perigo e independência nacional!». Não pelas visíveis manobras do imperialismo, das multinacionais, das agências provocatórias internacionais, não pela descarada ingerência, nos problemas internos do nosso país, dos países do mundo capitalista. Mas pela imagem inventada e lançada do perigo de um outro «imperialismo» — o dos países que se destacam na luta pela paz e pela felicidade dos povos — os países socialistas, em particular a União Soviética. A intenção é transparente — dar cobertura à submissão ao imperialismo, o único realmente existente. Isolar os comunistas, assim acusados, mesmo que não directamente, de traição à pátria.

O anticomunismo não pode servir nunca os interesses das massas populares, os interesses de uma revolução. Da utilização ou não desta arma da reacção, se pode justamente aferir da honestidade das intenções revolucionárias, do futuro por que verdadeiramente se batem, os muitos que se declaram pelo socialismo em Portugal.

# UMA FORÇA INVENCÍVEL

**Destacamento dos melhores filhos do nosso Povo, os comunistas têm no seu Partido a suprema organização das massas populares em Portugal. Cinquenta e quatro anos de lutas da classe operária e dos outros trabalhadores temperaram com as vidas e a experiência dos militantes a sua vanguarda organizada, o Partido Comunista Português**

A organização dos comunistas, o seu glorioso Partido, tem resistido, em Portugal, aos assaltos mais violentos, à mais desumana perseguição desde o seu aparecimento em 1921. Os seus militantes, os seus quadros dirigentes, tiveram oportunidade de provar ao longo de 54 anos a força imbatível do seu ideal, numa resistência de todas as horas, a coberto da sua implantação nas massas trabalhadoras, protegidos pela classe operária, cujos interesses e aspirações, que são os seus, defenderam contra o fascismo, contra a sua política miserável de opressão e de guerra.

O Povo português conhece os comunistas. Sabe que o seu ideal nunca foi uma palavra para esconder dos perigos da acção quotidiana. Sabe, pelo contrário, que foi nos combates, nos pequenos e nos grandes, que esse ideal se tornou bandeira segura por milhares de mãos de operários e trabalhadores de todas as profissões. Por isso, a suprema organização das massas populares em

Portugal é o Partido Comunista Português. Por isso a vanguarda da classe operária cresce hoje diariamente à luz das liberdades que, pela sua acção, pela acção abnegada da classe operária e das massas trabalhadoras, contribuiu decisivamente para conquistar, manter e consolidar.

A experiência dos perigos foi sempre uma constante da luta do Partido Comunista Português.

Nessa experiência se temperou o seu crescimento, permitindo-lhe surgir à luz da liberdade como um partido responsável e com responsabilidades irrecusáveis e impossíveis de afastar no processo político que vivemos em Portugal. Força moral sem paralelo na sociedade portuguesa, o nosso Partido é a peça sem a qual é impossível mover a transição para o socialismo, sem a qual ficam decapitados todos os esforços para destruir a sociedade da exploração, da opressão e da miséria, a sociedade capitalista.

Força moral que foi (e essa vocação de raiz não

se perde) o grande factor da unidade antifascista. Unidade que foi sempre defendida pelo nosso Partido à custa dos maiores sacrifícios. Unidade que nunca se desfez pelo nosso lado, pois sempre soubemos distinguir o essencial do acessório, definir o inimigo principal e combatê-lo sem desfalecimentos. Por isso a nossa organização política cresceu com essa força moral que é uma página gloriosa em todas as lutas das massas trabalhadoras em Portugal. Página da história do Povo português, mas história viva que se constrói hoje como ontem pelas mãos da classe operária, dos trabalhadores rurais, pela força de tudo o que é reconstrução de um País desfeito por 48 anos de fascismo.

Temperada na prática e na fidelidade aos princípios do marxismo-leninismo, a força do Partido Comunista Português não pode ser destruída. A sua superioridade não é momentânea, não depende deste ou daquele factor passageiro. Quando falamos da força, da superioridade moral

dos comunistas estamos a remeter para factos concretos da história do nosso Partido. Não é ocasião de os enumerar aqui. De resto, eles são bem conhecidos, os de ontem como os de hoje. Desejamos é reafirmar que a organização dos comunistas, a organização da classe operária, o seu ideal aplicado na prática e a sua força moral estão acima das contingências deste ou daquele desaire do processo revolucionário.

A nossa experiência de todos os combates, a nossa experiência das lutas de massas, da luta de classes, é uma aquisição que custou muitas vidas e muito sangue à classe operária e à sua vanguarda organizada, o Partido Comunista Português. Todos os trabalhadores o sabem, porque é deles a história do nosso Partido. Comunistas ou não, os homens, as mulheres e os jovens da nossa terra, que sofreram o fascismo, têm consciência de que o Partido Comunista Português nunca esteve nas frentes de combate para colher benesses para este

ou aquele dos seus membros. Sabem que a luta do nosso Partido é a luta do Povo português.

Os militantes comunistas formaram sempre um destacamento dos melhores filhos do nosso Povo.

Antes das provas dadas no nosso Partido, deram provas firmes e claras como homens de carácter e como trabalhadores dedicados.

Hoje, o Partido Comunista Português continua

a engrossar as suas fileiras com esses trabalhadores. De todos eles o seu Partido espera o refoço constante da organização, a melhoria da sua educação marxista-leninista, o esforço incans-

ável na defesa das conquistas da classe operária e de todos os trabalhadores. O nosso Partido está, como sempre, as mãos da classe operária, nas mãos do Povo trabalhador em Portugal.

## DELEGADO SINDICAL ASSASSINADO NO PORTO

**Um delegado sindical assassinado no Porto e uma tentativa de coagir os trabalhadores vidreiros de Pousos a terminarem um plenário, utilizando para isso armas e forquilhas, são bem a prova de que a reacção anda à solta**

Um delegado sindical da indústria vidreira, Almeida e Silva, foi morto à queima-roupa por um bando de reaccionários assassinos. No mesmo assalto ficou gravemente ferido o dirigente sindical José Pereira da Fonseca.

O crime ocorreu cerca das 3 e 30 da madrugada do dia 26, na cidade do Porto, onde os reaccionários parece sentirem-se costas quentes e permitem-se praticar todos os desmandos.

Quando saíram das instalações do Sindicato juntamente com o ex-dirigente sindical, Lino, aqueles trabalhadores depararam com um grupo de reaccionários frente à

confeitaria Cunha, na Rua Guedes de Azevedo, que fica próxima da sede do Sindicato, os quais começaram imediatamente com provocações.

Tentando evitar uma confrontação com o numeroso grupo de bandidos, os três sindicalistas decidiram então regressar às instalações da sede, enquanto que os arruaceiros gritavam: «comunistas fora dos sindicatos» e «comunistas fora das empresas».

Como cerca de sete indivíduos os tivessem perseguido continuando com provocações semelhantes o delegado sindical Almeida e Silva virou-se para os provocadores e

manifestou o seu protesto pela atitude daqueles indivíduos que se faziam valer da sua força numérica.

Imediatamente um dos reaccionários puxou de uma pistola atingindo aquele trabalhador no peito e na cabeça. Nos disparos que fez a seguir o assassino atingiu também o dirigente sindical José Pereira da Fonseca.

Transportados para o hospital o primeiro viria a falecer pouco depois enquanto que o segundo se encontra ainda em estado grave.

### A REACÇÃO À SOLTA EM POUSOS

Protestando contra o crime de que resultou a morte de um camarada de trabalho, os operários vidreiros da Marinha Grande e de outras localidades têm vindo a realizar paralizações de trabalho.

Em Pousos, localidade próxima da Marinha Grande, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira tinha convocado, no dia 27, uma reunião plenária numa fábrica que existe naquela localidade a fim de se discutir a forma de solidariedade com o camarada assassinado.

Quando o plenário decorria registou-se uma grande concentração junto da fábrica de elemen-

tos reaccionários vindos dos mais diversos pontos do distrito, os quais se encontravam armados com espingardas, forquilhas e outras armas.

Uma «comissão» deste bando reaccionário, que entretanto tinha rodeado a fábrica, entrou no recinto onde decorria a reunião exigindo que os trabalhadores retomassem o trabalho.

Tendo-lhes estes dito que o retomariam mais tarde a referida «comissão» exigiu falar com os delegados sindicais.

Entretanto, os trabalhadores aconselharam os delegados sindicais a não falarem com os reaccionários, pois temiam represálias. Inesperadamente, o bando de reaccionários que se encontrava no exterior da fábrica invadiu as instalações agredindo os trabalhadores e tentando prender os comunistas, que iam sendo apontados.

O bando de fascistas tinha previamente levantado barricadas nas estradas de acesso à povoação de Pousos e a situação só se normalizou quando uma força da GNR procedeu à evacuação total dos trabalhadores, o último dos quais saiu por volta das cinco da manhã.

O que se passou no Porto e a intimidação levada a cabo em Pousos mostram bem como a reacção fascista pretende aniquilar as liberdades e aproveitar os dias difíceis da revolução para inverter a marcha do processo revolucionário.



## LIVRARIA 1.º DE MAIO

PRACETA PORTUGAL BAIXA DA BANHEIRA

LIVROS NACIONAIS E ESTRANGEIROS.  
ARTIGOS DE PAPELARIA.  
POSTERS, AUTOCOLANTES, ETC.  
LIVROS SOVIÉTICOS  
EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS  
OBRAS COMPLETAS DE LENINE  
(EM FRANCÊS)  
OBRAS ESCOLHIDAS DE LENINE  
(EM FRANCÊS E ESPANHOL)  
OBRAS ESCOLHIDAS DE MARX E ENGELS  
(EM FRANCÊS E ESPANHOL)

# AS ETAPAS DA LUTA DO PCP

**Trinta e dois anos de luta se cumprem neste mês de Novembro sobre a divulgação clandestina do I Congresso (ilegal) do Partido Comunista Português. Lembramos, hoje, essa grande vitória da classe operária, da sua vanguarda e do Povo trabalhador de Portugal**

Sob as consignas da Frente Única da Classe Operária, da Unidade Nacional Antifascista e do Robustecimento do Partido, reunia-se há 32 anos, o I Congresso Ilegal do Partido Comunista Português. Nas mais duras e violentas condições de clandestinidade, a que o fascismo submeteu os comunistas portugueses durante dezenas de anos, o

«Avante!» da segunda quinzena de Novembro de 1943 inseria uma nota do Secretariado do Comité Central onde a dado passo se escrevia: **No I Congresso demonstrou-se que o Partido Comunista é já hoje a verdadeira vanguarda da classe operária e do povo laborioso, é já hoje uma grande força na política portuguesa.** Grande força contra «a

miséria e a brutal exploração das massas trabalhadoras», contra «a ruína dos pequenos lavradores, comerciantes e industriais, o descalabro de toda a economia nacional em proveito duma minoria parasitária», contra «a perseguição à arte e à ciência, o obscurantismo da esmagadora maioria da população, o terror e o assassinato erigidos em legali-

dade», contra «a ameaça da perda da independência». Grande força que veio crescendo ao longo de trinta anos contra a exploração, a opressão e a miséria que caracterizavam o fascismo e que o camarada Duarte (Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido) sintetizava no início do informe político do Secretariado do Comité Central ao I Con-

gresso. Nas condições da II Guerra Mundial, da agressão nazi-fascista contra os povos de todo o mundo, o Partido Comunista Português, numa altura em que pesara sobre Portugal a ameaça da invasão e ocupação hitlerianas com a cónivência traidora do governo de Salazar, chamava os portugueses a participar de

alma e coração no desenvolvimento do movimento de Unidade Nacional, nas lutas cada vez mais vastas e enérgicas pelo Pão, pela Liberdade do Povo e pela Independência de Portugal», contra o saque do nosso País «para enriquecer um punhado de traidores e para não faltar auxílio a Berlim».

Não se trata de uma luta em que estejam somente in-

teressadas a classe operária e as massas trabalhadoras, destacava o camarada Álvaro Cunhal no seu informe. Trata-se de uma luta em que está interessada toda a Nação Portuguesa. Por isso, a «Unidade da Nação Portuguesa» constituía uma das alicias mais importantes da ordem do dia do Congresso. Por isso, o Secretariado do Comité Central apresentava o seu relatório sob esse título mobilizador, referindo, ao mesmo tempo, a Frente Única da Classe Operária como «condição indispensável da Unidade Nacional Antifascista». Unidade que se comprovou na prática de todos os dias na luta nacional contra o fascismo encabeçada pelo nosso Partido.

Num momento em que Portugal tinha que escolher entre «a independência ou a subjugação a potências estrangeiras», o nosso Partido indicava a Frente Única da Classe Operária como «condição indispensável da sua vitória contra a ofensiva do capital e contra a forma mais brutal do domínio de classe da burguesia: o fascismo», ontem como hoje o inimigo principal das classes trabalhadoras. *É nas acções de massas operárias, nas lutas constantes, insistentes, multiplicando-se e renovando-se sem cessar, que se realiza de facto a frente única. É nessas acções que os trabalhadores unidos encontram o caminho da sua vitória contra o patronato e o fascismo.*

Hoje, como há trinta e dois anos, o nosso Partido continua a encabeçar as grandes lutas da classe operária e de todos os trabalhadores. Orientado pelo princípio do marxismo-leninismo, o Partido Comunista Português lembra, nesta hora, o seu I Congresso, divulgado na segunda quinzena de 1943, como mais uma grande vitória que foi da classe operária, da sua vanguarda e de todos os trabalhadores na luta nacional contra o fascismo e o imperialismo, na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência.

## O POVO ANGOLANO AO ATAQUE

**Centros vitais em poder das tropas populares do MPLA. As FAPLA progredem para sul destruindo racistas, mercenários e fantoches manobrados pelo imperialismo.**

Enquanto, domingo passado, no início do PS, em Lisboa, se gritava «Morte ao MPLA», sem repúdio que se ouvisse da parte dos «socialistas», as FAPLA, braço armado do povo angolano, lançavam uma poderosa ofensiva na frente sul contra as cidades de Lobito e Benguela, avançavam ao norte sobre o Quixete e contra-atacavam na linha de Samba-Caju, retomando esta vila e progredindo em direcção a Pambos e Camabata. Malanje, que meios de informação interessadas na «guerra psicológica» do boato e do alarme davam já na posse dos movimentos fantoches, continua em poder das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, que retomaram as suas posições em Novo Redondo e controlam já as regiões limítrofes do boato e Benguela. O mesmo sucede nas posições de Ucuva, Piri e Quibaxe, reconquistadas pelas FAPLA.

Enquanto nuns casos se preparava e noutros já decorria essa contra-ofensiva das tropas do MPLA, Luís de Almeida, director-geral da Informação, denunciava numa conferência de imprensa em Luanda as notícias falsas ou incorrectas que agências de imprensa estrangeiras (Reuter, United Press e France-Presse) lançam pelo mundo inteiro, cumprindo descaradamente os preceitos do catecismo imperialista que manda falsear e falsear sempre, porque da falsidade alguma coisa fica.

Por seu lado, o comandante Juiu, porta-voz do Comissariado Político do Estado-Maior Geral das FAPLA, desfazia na TV angolana uma série de boatos sobre a luta armada. Des-

mentia, nomeadamente, a queda de Malanje, que o Rádio Clube de Uíge, ao serviço do bando de Holden Roberto, dava como certa. Lutava-se é certo, no último sábado, a 30 quilómetros de Malanje, cidade de 30 000 habitantes antes da invasão de Angola, importante nó rodoviário no centro de uma rica região agrícola, a cerca de 440 quilómetros a oeste de Luanda. Mas mercenários e movimentos fantoches depararam aí, como em toda a parte onde se luta em Angola, com a férrea determinação dos combatentes do MPLA que o próprio ex-comissário Leonel Cardoso aponta como o movimento sem o qual não se pode governar o novo país africano.

Luís de Almeida desmentia, por seu turno, que Porto Amboim e a Gabela tivessem caído em poder dos mercenários portugueses e sul-africanos vindos da Namíbia, cuja coluna que visava atacar Luanda pelo sul foi detida pelas FAPLA ao sul de Novo Redondo, mais de 500 quilómetros para sul da capital angolana.

Referindo-se ainda às notícias falsas, o director-geral da informação denunciou-as como tentativa desesperada dos patrões da FNLA e da UNITA para fazerem crer que o MPLA sofre reveses militares e que os fantoches estão prestes a vencer. Procuram espalhar a confusão no seio da opinião pública internacional — acrescentou — para impedir que os países dispostos a reconhecer a República Popular de Angola o não façam.

Mas sabemos que deveremos contar essencialmente com as nossas próprias forças — o

primeiro-ministro Lopo do Nascimento assim o faria notar no acto de posse do novo Governo — e esforçamo-nos por obter a aprovação e a ajuda dos nossos aliados naturais bem como das forças progressistas que, em todo o mundo, travam o mesmo combate contra o imperialismo e a exploração. Não serão as notícias falsas dos agentes do imperialismo que desmobilizarão, ou farão recuar, essas forças que apoiam o MPLA e o novo Estado independente, livre e soberano.

### COM TODAS AS FORÇAS INTERESSADAS NO COMBATE À EXPLORAÇÃO

A guerra de resistência poderá durar ainda muitos anos, as nossas cidades poderão ser destruídas, muitos dos nossos camaradas irão morrer, mas não nos deixaremos intimidar, — advertiu Lopo do Nascimento. — À violência reaccionária e mercenária responderemos com a implacável violência revolucionária do povo em armas. Saberemos ser dignos dos 14 anos de luta contra o colonialismo. Saberemos honrar a memória dos heróis caídos no combate contra a opressão.

A determinação que estas palavras transmitem foi sujeita a duras provas muitas vezes. Não resulta de ilusões. A última ilusão — se as houvesse — seria destruída em Março findo, quando a FNLA passou ao ataque em Luanda com uma superioridade militar de dez para um. No primeiro morticínio que esse bando cometeu sucumbiram mais

de duas mil pessoas, quase toda gente do povo trabalhador e desarmado, pois nessa altura o MPLA dispunha de poucos combatentes na capital. Mas, cerca de quatro meses depois, numa das batalhas mais duras de todas as lutas populares, o MPLA conseguiu expulsar de Luanda todos os assassinos da FNLA e da UNITA.

É essa vitória e muitas outras que dão peso real e concreto às palavras do primeiro-ministro, Lopo do Nascimento, quando afirma: *Estamos conscientes das nossas responsabilidades perante todos os povos oprimidos, do carácter exemplar e determinante da nossa luta para a vitória dos explorados contra os exploradores em todo o mundo e, em particular, na África Austral.*

Entre esses explorados está o Povo português, os seus filhos que trabalharam e foram explorados em Angola e nos outros países que foram colónias portuguesas. A eles também se dirige o primeiro-ministro Lopo do Nascimento quando, na cerimónia de posse do novo Governo angolano: *Para cumprirmos as grandes tarefas que cabem à República Popular de Angola devemos engajar na luta anti-imperialista todas as forças e camadas sociais estruturalmente interessadas no combate à exploração, incluindo os portugueses que escolheram o nosso país como sua segunda pátria e que, neste momento, participam, ao lado do Povo Angolano, nas tarefas da resistência.*

Entretanto, as FAPLA, na sua progressão para o sul, obtinham uma vitória decisiva na província do

Quanza-Sul, impondo ao invasor uma pesada derrota. Após violentos combates na região de Ebo, o inimigo imperialista deixou 80 mortos no terreno, perdendo 8 blindados, 6 camiões de transporte e numeroso material de guerra pesado e ligeiro. Entre as três dezenas de prisioneiros capturados pelo exército do MPLA há alguns sul-africanos negros. O facto prova uma vez mais o carácter de agressão estrangeira de que é vítima o Povo angolano e o envolvimento dos racistas de Pretória na invasão, que não se limita às terras próximas da fronteira com a Namíbia.

Em Cabinda, as forças armadas populares do MPLA repeliram duas tentativas de invasão a partir do Zaire. O inimigo retirou com pesadas baixas e importantes perdas em material de guerra.

Em Luanda, onde o MPLA tenta arranjar alojamento para os refugiados de regiões do sul, onde a FNLA e a UNITA cometem atrocidades, Agostinho Neto, presidente da RPA, declarava à agência noticiosa argelina APS que «a maioria dos países africa-

nos está a trair-nos permanecendo silenciosa» sobre a agressão ao Povo angolano. Quanto à OUA (Organização de Unidade Africana) declarou o presidente Neto que esta «ainda não disse uma palavra sobre os invasores zairenses e sul-africanos. Mas nós seremos firmes na nossa atitude para com os racistas», acrescentou. *Até a OUA e a ONU condenarem, inequivocamente, a invasão estrangeira, jamais aceitaremos a intervenção destas organizações, que efectivamente estão a ajudar o neocolonialismo no nosso país. O Povo angolano e a República Popular de Angola jamais aceitarão isso, lembrou o presidente Neto.*

Bem podem os fascistas e todos os reaccionários portugueses abrir as goelas em câmbio do PS, apelando à violência contra o MPLA. As coisas não se passam como eles querem. As tarefas da resistência serão cumpridas em Angola. Tarefas que são as de todos os povos oprimidos em todos os continentes. Tarefas que são desde sempre as do nosso Partido, da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses.

O I Congresso discutiu os objectivos do Movimento de Unidade Nacional. Analisando-os ponto por ponto, o

## CALÚNIA E VIOLÊNCIA EM JORNAIS DO PORTO

**O nosso Partido não fica surpreendido com as calúnias de jornais que fazem a política do ELP. Denuncia-os porque os seus apelos à violência redundam no crime. Redundam na morte de trabalhadores desarmados**

Os diários portugueses Primeiro de Janeiro, Jornal de Notícias e Comércio do Porto, com relevo especial para este último que se assemelha em tudo a uma folha terrorista paga pelo ELP, resolveram acelerar a sua corrida anticomunista. Aproveitando os acontecimentos dos últimos dias, o Jornal de Notícias do dia 29, entre outras calúnias e provocações contra o nosso Partido adianta: «O PCP, altamente comprometido com os últimos acontecimentos, é forçado a rever a sua tática e, de qualquer modo, estará sujeito a constante vigilância dos corpos dirigentes do processo».

Neste tom, que provém certamente de fonte única, os outros diários do Porto estampam, por outras palavras, a mesma calúnia. Os diários portugueses Primeiro de Janeiro, Jornal de Notícias e Comércio do Porto, com relevo especial para este último que se assemelha em tudo a uma folha terrorista paga pelo ELP, resolveram acelerar a sua corrida anticomunista. Aproveitando os acontecimentos dos últimos dias, o Jornal de Notícias do dia 29, entre outras calúnias e provocações contra o nosso Partido adianta: «O PCP, altamente comprometido com os últimos acontecimentos, é forçado a rever a sua tática e, de qualquer modo, estará sujeito a constante vigilância dos corpos dirigentes do processo».

Neste tom, que provém certamente de fonte única, os outros diários do Porto estampam, por outras palavras, a mesma calúnia.

Para um desses jornais, que se demitiu de toda a dignidade, e cuja «independência» se distingue pelas calúnias mais soezes contra o nosso Partido, o camarada Álvaro Cunhal já se teria refugiado «na baixada checa» e o «PCP, depois de frustrado o golpe apela para a negociação».

Os reaccionários, que estão à frente desses jornais, tomam os seus desejos por moeda em caixa. O nosso Partido foi bem claro: *«Ao longo do desenvolvimento da crise, o PCP defendeu com insistência uma*

*solução política. Advertiu de que um confronto entre forças que têm estado no processo revolucionário aproveitaria à contra-revolução.*

As calúnias e falsidades são facilmente desmentidas para quem não esteja de má-fé e não procure tirar efeitos contra-revolucionários dos acontecimentos dos últimos dias. O nosso Partido não esperou pelo seu desencadear para defender com insistência uma solução política para a crise aberta e sustentada pelos perigos que representam para a democracia a permanência do PPD no Governo, a aliança à direita do PS e o radicalismo ultra-revolucionário de certos grupos e sectores.

Não é depois de «frustrado o golpe» que o nosso Partido apela para a nego-

ciação. Desde que começou a crise provocada pelas forças reaccionárias e de direita, o PCP tem insistido de todas as formas numa solução negociada. Condenamos a actividade divisionista e aventureira que conduzia «ao isolamento e descoordenação das forças de esquerda e ao seu arrastamento para confrontos condenados à derrota». Insistimos numa *solução global da crise consistindo na reaproximação e reunificação das tendências do MFA e no reforço da representação das forças de esquerda (civil e militar) no Governo, donde deveria sair o PPD, partido da reacção.*

Foi esta a posição do nosso Partido. So os pescadores de águas turvas a não vêem desse modo. De pretextos para atacar o nosso

Partido estamos cheios. Sabíamos que os fascistas e todos os reaccionários não deixariam passar esta ocasião. Mas o PCP não terá que rever qualquer tática ou procedimento.

«A constante vigilância dos corpos dirigentes do processo» a que o nosso Partido iria ficar sujeito é uma provocação dos fascistas do *Jornal de Notícias e do Comércio do Porto*. É um apelo claro à repressão e à violência contra o PCP e os nossos militantes. Provocação que já deu alguns lucros aos fascistas que fazem nos jornais do Porto a política do ELP: O militante comunista abatido numa rua do Porto, quando saía de um Sindicato, é um dos resultados dessas provocações e apelos à violência contra o nosso Partido.

## O POVO ANGOLANO CONHECE-OS!

**Alguns dados que põem a nu o género de inimigos que o MPLA enfrenta em Angola**

### ★ Sobre Holden Roberto:

A revista senegalesa «África» retrata-o em poucas palavras: «Agente ao soldo da CIA, Holden Roberto possui acções na agência de transportes de Kinshasa e no Banco Nacional Congolês (Zaire). É proprietário de um hotel, de uma tipografia e de oito quintas rústicas». Até há pouco tempo, segundo a mesma revista, «levava uma existência despreocupada em Kinshasa, especulando com diamantes e com outros mercadorias». De igual estofão são os que o rodeiam, particularmente o chefe da segurança conhecido pelo nome de Chavier, antigo agente da PIDE.

### ★ Sobre cúmplices e complicidades:

O «New York Times» revela que a CIA começou a fornecer armas e dinheiro à FNLA desde 1962, e que continua a ajudá-la na luta contra as forças patrióticas. Conheceram-se vários agentes da CIA que em diferentes épocas trabalharam para Holden Roberto; entre eles, o seu conselheiro privado John Markham, um tal M. Muller, que antes de trabalhar com a FNLA foi conselheiro de Tshombé, e dois

instrutores actualmente no acampamento militar da FNLA em Kinshasa (Zaire), Charles Dorkins e B. Manhertz.

### ★ Sobre o papel de Pequim:

Não devemos passar por alto o papel que está a ter Pequim, que se pôs ostensivamente ao lado da reacção fomentada pelo imperialismo. O «New York Times» informava em fins de Setembro que um grupo de 200 conselheiros militares chineses instruíam homens da FNLA. As tropas de Holden Roberto recebem da China armas e munições.

### ★ Sobre os «irmãos»-fantoches do imperialismo:

Um pequeno veículo blindado chega a toda a velocidade e pára junto de Holden Roberto, presidente da FNLA. Suspensos como bagos de um cacho, os soldados, já bebidos, agitam garrafas de cerveja e de vinho, fazem um grande alarido e disparam para o ar: «Viva a FNLA!», gritam. «Enlouqueceram», murmura satisfeito o presidente. Estes soldados acabam de entrar vitoriosos numa pequena aldeia de cubatas apinhadas em

torno da igreja e de alguns edifícios administrativos. Os homens entregam-se à pilhagem. Fazem saltar as fechaduras das casas. Na praça, abatem um civil por ter gritado: «Camaradas!». Já a noite se aproximava e as cubatas continuavam a arder. Na manhã seguinte, os soldados manifestaram a sua alegria incendiando as que restavam intactas e as outras aldeias dos arredores.»

### ★ Sobre outros «irmãos»-menos fantoches a soldo do imperialismo:

O imperialismo joga também noutra organização cionista, a chamada União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), cujo capataz é Jonas Savimbi. Separada da FNLA desde há alguns anos, a UNITA tentou afirmar-se no cenário político apelando para os caciques das tribos sul-orientais. Todavia, o seu principal apoio são os racistas sul-africanos e os nostálgicos do colonialismo em Portugal. Há pouco, a FNLA e a UNITA acordaram numa «aliança cómoda» para a acção conjunta contra as forças patrióticas do MPLA.



Recepção ao camarada Álvaro Cunhal na República Democrática Alemã

# ÁLVARO CUNHAL VISITA PAÍSES SOCIALISTAS

## A visita de uma delegação do nosso Partido, chefiada pelo camarada Álvaro Cunhal, à Hungria, à Polónia e à RDA, veio reforçar os laços de amizade fraternal existentes entre os partidos irmãos destes países e o Partido Comunista Português

A visita que o camarada Álvaro Cunhal efectuou a alguns países socialistas revestiu-se de grande importância para o reforço das relações, não só entre o nosso Partido e os partidos comunistas e operários da Hungria, da Polónia e da RDA, mas também dos povos daqueles três países com o povo português.

Durante a estada do camarada Álvaro Cunhal naqueles três países socialistas, ficou bem patente a activa solidariedade dos respectivos povos com o novo Portugal democrático e o caminho do socialismo, bem como a fraternal amizade que une o Partido Socialista Operário Polaco e o Partido Operário Unificado Polaco e o Partido Socialista Unificado da Alemanha ao Partido Comunista Português.

As amplas trocas de impressões efectuadas entre a delegação do nosso Partido e delegações dos partidos irmãos atrás referidos confirmaram o firme apoio dado pelos países socialistas ao PCP, as forças democráticas do nosso País, ao processo revolucionário em curso.

Os laços de fraternal amizade que unem os partidos comunistas operários irmãos ficam bem demonstrados nos textos dos comunicados conjuntos elaborados durante a estada da delegação do nosso Partido na Hungria, na Polónia e na República Democrática Alemã, que transcrevemos seguidamente.

mente a independência de Angola, mas também a independência dos outros países africanos.

Álvaro Cunhal e János Kádár sublinharam a importância do reforço do desanvolvimento internacional, e salientaram que a crescente expansão da política da coexistência pacífica exerce uma influência favorável nas condições da luta travada pelo progresso social na Europa e nas outras regiões do mundo.

O PCP e o PSOH atribuem grande importância à cooperação e à unidade de acção dos partidos comunistas e operários. Os dois partidos apoiam de maneira activa os trabalhos preparatórios da conferência dos partidos irmãos europeus.

Os representantes dos dois partidos efectuaram de uma forte altamente existente, entre os seus partidos, baseada nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário e acordaram na necessidade da cooperação entre eles.

A visita dos representantes do PCP e os resultados da mesma constituem uma contribuição para o reforço dos estreitos laços de amizade entre o PSOH e o PCP e entre o povo húngaro e o povo português.

### COMUNICADO POUH - PCP

A convite do Primeiro-Secretário do Partido Operário Unificado Polaco, E. Gierek, nos dias 17 e 19 de Novembro de 1975, visitou a Polónia o Secretário-Geral do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal. Era acompanhado por Dinis Miranda, membro do CC.

O Secretário-Geral do CC do POUH tiveram conversações nas quais participaram da parte polaca: Eduard Babich, do Bureau Político e secretário do CC, Richard Frelek, membro do secretariado e chefe da Secção Internacional, e Jerzy Waszczuk, chefe da Chancelaria do Secretariado do CC.

Durante a sua estada em Varsóvia o camarada Álvaro Cunhal encontrou-se com os militantes do partido da Escola Superior de Ciências Sociais, dando uma informação sobre a situação interna em Portugal e as tarefas do partido. Os delegados do PCP visitaram empresas polacas, encontrando-se com militantes do partido e com os representantes dos operários da Empresa de Automação Industrial MERA - PNEFAL. Também visitaram Varsóvia.

No decorrer das conversações, que se deram num ambiente de amizade, solidariedade e fraternidade, teve lugar uma vasta troca de informações sobre a situação política e socioeconómica da Polónia e de Portugal, sobre a actividade do Partido Operário Unificado Polaco - principalmente à luz do próximo VII Congresso do POUH, assim como sobre a actividade do PCP na etapa actual do desenvolvimento do processo revolucionário. Foram discutidos os principais problemas da situação internacional e do movimento comunista e operário internacional.

O Secretário-Geral do PCP expressou o seu apreço pelas realizações alcançadas na edificação do socialismo na Polónia, pelo sucesso da realização do programa de desenvolvimento socioeconómico aprovado durante o VI Congresso do POUH, assim como pelos audaciosos planos de edificação de uma sociedade socialista desenvolvida, os quais o Partido irá submeter ao VII Congresso.

O Primeiro-Secretário do CC do POUH, em nome de todos os comunistas e dos trabalhadores polacos, transmitiu a expressão de solidariedade e apoio para com a luta e actividade que o Partido Comunista Português desenvolve em prol do fortalecimento da revolução portuguesa e das profundas transformações socioeconómicas em Portugal.

de todas as forças democráticas, civis e militares, comunistas, socialistas e de todas as forças progressistas da esquerda, que defendem as liberdades e as outras conquistas revolucionárias do povo português.

Os trabalhadores polacos, defendendo decididamente o princípio de não-ingerência nos negócios internos de outros países, apoiam a luta dos trabalhadores de Portugal em prol da total realização do direito do povo português à livre escolha do caminho de desenvolvimento político, económico social e cultural.

Os dois partidos expressaram a sua solidariedade para com o novo Estado independente da República Popular de Angola e para com a luta do povo angolano sob a direcção do MPLA.

e de vastas massas populares a favor da democracia, independência nacional e em prol do progresso social em cada país.

Em consequência destes factos, ambos os partidos dão grande importância à Conferência dos partidos comunistas e operários da Europa consagrada aos assuntos da paz, segurança, cooperação e progresso social no continente europeu. Expressam a convicção que a Conferência constituirá um factor de destaque na mobilização dos comunistas dos países europeus e no desenvolvimento por eles, junto com todas as forças operárias, democráticas e pacifistas, de uma acção comum na luta por estes objectivos.

O POUH e o PCP estão convencidos que a unidade do movimento comunista e operário internacional

pelo actual desenvolvimento das relações interpartidárias, ambos os partidos decidiram de comum acordo aumentar e enriquecer a fraternal cooperação mútua em vários domínios, o que corresponde aos interesses dos trabalhadores de ambos os países e favorece a causa do fortalecimento da unidade do movimento comunista e operário internacional.

### COMUNICADO PSUA - PCP

A convite do Primeiro-Secretário do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha, camarada Erich Honecker, o camarada Álvaro Cunhal Secretário-

continuará dando a sua contribuição para que o povo português possa viver num país florescente e feliz, livre de toda e qualquer ingerência ou chantagem.

Álvaro Cunhal agradeceu o acolhimento cordial que lhe foi dispensado na República Democrática Alemã. Transmítu as saudações da direcção do Partido Comunista Português ao Partido Socialista Unificado da Alemanha e ao povo da República Democrática Alemã. Álvaro Cunhal sublinhou que o grande movimento de solidariedade internacional constitui uma ajuda inestimável para as forças patrióticas de Portugal na luta contra a reacção, o fascismo, a ingerência e chantagem imperialistas.

Álvaro Cunhal informou sobre a situação actual em Portugal, muito tensa e perigosa devido às actividades hostis aos interesses do povo, desenvolvidas pela reacção portuguesa e internacional. Elementos reaccionários e conservadores estão tentando abolir as conquistas revolucionárias alcançadas pelo povo português. Por isso, sabotam a solução da crise político-militar desencadeada por eles e efectuem uma cruzada anticomunista. O PCP continuará fazendo todos os esforços possíveis no sentido de unir as forças democráticas e progressistas para fazer face às actividades contra-revolucionárias, defender e fortalecer as conquistas da revolução portuguesa. Como autêntico representante do povo português, o PCP continuará lutando, em estreita aliança com todas as forças progressistas, por um Portugal feliz, livre e independente.

O Primeiro-Secretário do CC do PSUA e o Secretário-Geral do PCP salientaram os grandes progressos alcançados na manutenção de uma paz duradoura e da segurança na Europa graças às iniciativas da União Soviética e outros países socialistas. Realçaram a importância dos acordos obtidos na Conferência de Segurança e Cooperação, realizada em Helsinquia, os quais reflectem o reconhecimento dos resultados da Segunda Guerra Mundial e do desenvolvimento do pós-guerra como uma firme adesão dos países participantes ao emprego dos princípios da coexistência pacífica entre Estados com diferentes regimes sociais. Impõe-se, agora, garantir o cumprimento e a realização dos princípios acordados em Helsinquia e complementar a distensão política alcançada pela distensão no terreno militar. O fortalecimento da paz está indissolvelmente ligado à luta dos países socialistas, da classe operária dos países capitalistas e do movimento de libertação nacional contra os inimigos do desenvolvimento que, tanto na Europa como em outras partes do mundo, tentam debilitar as posições internacionais do socialismo e de todas as forças da paz e da democracia, erguendo a bandeira do anticomunismo e anti-sovietismo.

O PSUA e o PCP condenam energeticamente as mentiras divulgadas por círculos reaccionários de que a coexistência pacífica visaria, supostamente, uma divisão do mundo em esferas de interesses e, portanto, a sancionar a exploração capitalista. A coexistência pacífica significa paz entre Estados socialistas e capitalistas, mas não paz entre as classes antagonicas, entre a classe operária e o capital.

O PSUA e o PCP reiteram a necessidade de repelir decididamente o curso anti-soviético e hostil à paz, tomado pelos dirigentes de Pequim, o qual coincide com a política dos representantes mais agressivos da reacção imperialista e do anticomunismo.

Erich Honecker e Álvaro Cunhal salientaram a grande importância da unidade e coesão do movimento comunista na base dos princípios do marxismo-leninismo, do internacionalismo proletário. Eles reafirmaram o desejo dos dois partidos de contribuírem activamente para a preparação e realização bem sucedida da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa.

lismo, colonialismo e racismo, pela liberdade, a independência nacional e o progresso social. Saudam a proclamação da República Popular de Angola e asseguram ao MPLA a sua ajuda e solidariedade activa.

Ambos os partidos reiteram o seu firme apoio à luta corajosa das forças antifascistas espanholas pelas transformações democráticas do seu país e dos antifascistas chilenos contra a tirania da Junta Militar, exigindo a libertação imediata de Luis Corvalán e de todos os demais democratas chilenos encarcerados.

O encontro entre Erich Honecker e Álvaro Cunhal, em que participaram também os membros do CC do PCP Dinis Miranda e Aboim Inglês, bem como os camaradas Herman Axen e Paul Verner, membros do Bureau Político e secretários do CC do PSUA, Joachim Herrmann, membro suplente do Bureau Político do CC do PSUA, e Egon Winkelmann, vice-director do departamento de Relações Internacionais do CC do PSUA, realizou-se num espírito de amizade fraternal e compreensão mútua, tendo havido concordância de opiniões em todas as questões abordadas. O encontro foi caracterizado pelo desejo de intensificar per-

manentemente a cooperação entre os dois partidos.

Erich Honecker e Álvaro Cunhal exprimiram a sua satisfação pelo desenvolvimento das relações fraternais entre o PSUA e o PCP, entre o povo português e o povo da RDA e acordaram medidas concretas para aprofundá-las.

### A VISITA À RDA

O caloroso acolhimento dispensado à delegação do nosso Partido chefiada pelo camarada Álvaro Cunhal na Hungria e na Polónia, voltou a repetir-se durante a estada na República Democrática Alemã. À chegada do camarada Álvaro Cunhal ao aeroporto de Berlim encontraram-se presentes camaradas da direcção do Partido Unificado da RDA, nomeadamente o camarada Erich Honecker, Primeiro-Secretário do PSUA.

A delegação do nosso Partido participou em inúmeras cerimónias oficiais, durante as quais foi demonstrada a activa solidariedade do povo da RDA para com o processo revolucionário português.



O camarada Álvaro Cunhal e o camarada Erich Honecker, Primeiro-Secretário do CC do PSUA

Observou-se com satisfação que o desenvolvimento da situação internacional no último período deu-se a favor das forças de paz, da democracia e da política socialista. Isto expressou-se através dos sucessos da política de coexistência pacífica, e dos progressos alcançados no processo internacional de desenvolvimento, factores dominantes e determinadores do desenvolvimento da situação no continente europeu e no mundo.

As duas partes notaram com satisfação o sucesso alcançado pela Conferência de Segurança e de Cooperação na Europa, e sublinharam que a realização por todos os países participantes das suas resoluções de ver contribuir para o estreitamento e a melhoria das relações entre estes países em todos os domínios, e através disto fortalecer o processo de desenvolvimento na Europa, imprimindo-lhe um carácter duradouro.

O fortalecimento deste processo positivo exige a concentração dos esforços do movimento operário internacional e de todos os movimentos anti-imperialistas, assim como uma activa oposição a todas as tendências que desejam impedir as transformações progressistas no mundo.

constituem uma premissa básica para o reforço da frente mundial de luta contra o imperialismo, a favor da paz, progresso social e socialismo. Ambos os partidos continuarão a contribuir em prol do fortalecimento desta unidade com base nos princípios da autonomia e da independência de cada partido.

Ambos os partidos continuarão a lutar contra quaisquer tendências anticomunistas e anti-soviéticas que visam enfraquecer o movimento comunista e operário, e por isso mesmo são contrárias aos interesses vitais da classe operária e das massas de trabalhadores.

O POUH e o PCP consideram como positivo o desenvolvimento das relações e da cooperação polaco-portuguesa, que sucedeu ao início das relações diplomáticas, e notam com satisfação os resultados até agora alcançados. Os dois partidos consideram que a Declaração sobre o desenvolvimento de relações amistosas e de cooperação entre a República Popular da Polónia e a República de Portugal, assinada durante a visita do Presidente Francisco da Costa Gomes na Polónia em Setembro de 1975, constitui uma base adequada para o futuro desenvolvimento destas relações.

Ambos os partidos confirmam a sua vontade de agir em prol do aproveitamento de todas as possibilidades para o desenvolvimento desta cooperação no interesse de ambas as nações e do fortalecimento da paz na Europa. Expressando a sua satisfação

Geral do Partido Comunista Português, esteve na República Democrática Alemã nos dias 19 e 20 de Novembro de 1975.

Em 19 de Novembro, os dois dirigentes realizaram um amplo intercâmbio de opiniões na sede do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha sobre a situação internacional e o desenvolvimento ulterior da cooperação entre o PSUA e o PCP.

Erich Honecker informou sobre as actividades do PSUA e as iniciativas criadoras dos operários, camponeses cooperativistas, cientistas, artistas, enfim, de todos os trabalhadores empenhados nos preparativos do IX Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha. Frisou que o referido congresso apontará o caminho da República Democrática Alemã na edificação da fase desenvolvida da sociedade socialista até ao começo da década de 80 e assegurará a continuação bem sucedida da política voltada para o bem-estar do povo da República Democrática Alemã.

Erich Honecker realçou a luta do Partido Comunista Português e de todos os outros antifascistas e verdadeiros democratas pela justiça social, a democracia autêntica e a independência nacional em Portugal. Ele assegurou que o povo da República Democrática Alemã considera a solidariedade activa e fraternal com o povo português um grande dever internacionalista. Face às maquinações da reacção portuguesa e internacional, a RDA

### FESTA NACIONAL DA JUGOSLÁVIA

Os camaradas Álvaro Cunhal e Octávio Pato estiveram presentes, anteontem, à recepção comemorativa da Festa Nacional da Jugoslávia

Comemorou-se ontem a Festa Nacional da Jugoslávia, aniversário da implantação da República e da Constituição da República Socialista Federativa da Jugoslávia.

Com efeito, foi no dia 29 de Novembro de 1943 que o Conselho da Resistência jugoslavo, reunido em Jajce, decidiu que, após o termo da guerra mundial contra o nazi-fascismo e libertação dos povos europeus submetidos à ditadura hitleriana, a Jugoslávia passasse a constituir uma República federal, ficando o rei proibido de regressar ao país.

A fim de assinalar esta efeméride, a Embaixada da Jugoslávia em Portugal leu, anteontem, a efeito uma recepção, à qual estiveram presentes membros do corpo diplomático acreditados no nosso país, nomeadamente representantes dos países socialistas.

Os camaradas Álvaro Cunhal e Octávio Pato, respectivamente secretário-geral e membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, estiveram presentes a esta recepção, em representação do Partido Comunista Português.

**VIDA SOVIÉTICA**

À VENDA  
O NÚMERO 5

Assinatura anual — 90\$00

Cada número com 80 pág. — 10\$00

Todos os novos assinantes que enviarem a sua inscrição até 30/11 receberão um livro sobre a URSS!

(Só é possível a assinatura a partir do número 3)

# RELAÇÕES COM OS PAÍSES SOCIALISTAS: UMA NECESSIDADE

Novas e amplas possibilidades se abrem a Portugal quanto ao comércio com os países socialistas. É preciso aproveitá-las

As forças contra-revolucionárias e seus aliados têm combatido, com persistência, a cooperação de Portugal com os países socialistas e até, ainda que menos agressivamente, com os países do Terceiro Mundo. Não o fazem de modo directo. Antes, pelo contrário, chegam a afivelar a máscara de boa aceitação das relações com o campo socialista e com os países do Terceiro Mundo. O seu combate é bem mais subtil do que o ataque frontal. Assim, maneando o desequilíbrio da nossa balança comercial, argumentam que as trocas comerciais, nomeadamente com a URSS, nos são desfavoráveis, e com base neste argumento el-las justificando todo um boicote que atinge a cooperação com todo o bloco socialista. Boicote que se processa a várias níveis desde a propaganda mistificadora até ao boicote no aparelho de Estado e nas empresas.

Em 1974, o nosso défice, aliás crónico, com a República Federal Alemã atingiu 11 milhões de contos. Disto faz-se segredo dos deuses que seguram os seus privilégios à sombra sôfrega do imperialismo, do qual depende cerca de 80% do nosso comércio externo. Mas o desequilíbrio da nossa balança comercial com a URSS, devido às nossas importações de petróleo, torna-se um estímulo à propaganda da contra-revolução responsável pela perda de milhares e milhares de divisas que não entram no nosso país devido à indefinição política (ou definição que não joga a favor do processo revolucionário) que boicota as relações com os países socialistas, meio, afinal, de atrasar o atingir da independência nacional pela qual lutam as forças revolucionárias.

Dos problemas que se têm colocado ao nível do nosso comércio com os países socialistas e países do Terceiro Mundo, fala o «Avante!», o camarada José Mendes Correia, economista, que no V Governo Provisório desempenhou as funções de secretário de Estado para o Comércio com os Países Socialistas.

**AVANTE!** — Com a queda do regime fascista abriram-se novos horizontes de cooperação de Portugal com outros países, nomeadamente com os países socialistas e com os países do Terceiro Mundo. Como encaras as relações comerciais com estes novos mercados?

**J. MENDES CORREIA** — As relações económicas com os países socialistas e os países do Terceiro Mundo têm de ser encaradas sob vários aspectos. Em primeiro lugar saber se estas relações favorecem o objectivo da independência nacional expressa no Programa do MFA e na Plataforma da Acção Política que devia guiar a actuação do VI Governo e que tem sido amplamente defendido pelas forças verdadeiramente revolucionárias. Em segundo lugar, importa averiguar se as relações com os países socialistas e com os países chamados do Terceiro Mundo podem contribuir para minorar ou para resolver, de certo modo, os problemas que temos com a nossa balança comercial e com a nossa balança de pagamentos.

Quanto ao primeiro aspecto, o relacionado com o objectivo da independência nacional, temos de partir do facto de que a quase totalidade das nossas relações externas de troca estejam concentradas nos países desenvolvidos do bloco imperialista: cerca de 80% do nosso comércio externo. Assim sendo, um desenvolvimento das relações económicas com os países socialistas e com os países do Terceiro Mundo, efectuada em ritmo mais rápido do que o comércio com os países imperialistas, favorece o atingir do objectivo de independência nacional. Por outro lado, temos de investigar se as nossas relações económicas, neste caso de troca, com os paí-

ses socialistas e com os países do chamado Terceiro Mundo, no momento actual e nas suas perspectivas futuras, podem auxiliar o combate ao desequilíbrio da nossa balança comercial e da nossa balança de pagamentos.

**AVANTE!** — Eis uma questão polémica. Determinadas forças identificadas politicamente, propagandeam que as nossas relações com os países socialistas, e concretamente com a URSS, não contribuem para o equilíbrio progressivo da nossa balança comercial e daí da nossa balança de pagamentos. Que há a responder a esta tese?

**J. MENDES CORREIA** — Isso é efectivamente dito e tomando como exemplo o caso da União Soviética. Diz-se para provar essa tese que temos um comércio deficitário com a União Soviética, o que é verdade. Este ano o nosso comércio com a URSS atingirá, provavelmente, um milhão de contos de exportações e dois milhões de contos de importações. É estranho que ninguém se lembre o défice económico com a RFA que atingiu, em 1974, um valor superior a 11 milhões de contos.

O que deve ser esclarecido e esses propagandistas «esquecem» de mencionar, é que o desequilíbrio das nossas trocas com a URSS se deve, essencialmente, às nossas importações de petróleo que totalizam mais de 80% do conjunto das nossas importações da URSS. Este desequilíbrio verifica-se, aliás, com todos os países de onde importamos petróleo e, mais, a União Soviética é, entre esses países, aquele em que o nosso saldo é menos desfavorável. Há a citar, a este respeito, os casos do Irão e do Iraque. Em 1974, importámos de cada um destes países cerca de três milhões e meio de contos e ex-

portámos algumas dezenas de milhares de contos para cada um deles. Se considerarmos que em virtude de um desvio do comércio de petróleo desses países para a União Soviética, conseguindo-se exportar cerca de um milhão de contos para a URSS, temos de concluir que a situação nos é amplamente mais favorável do que a anterior. Não tem, pois, fundamento dizer que as relações com os países socialistas não favorecem o objectivo da independência nacional.

**AVANTE!** — Falaste do desvio de comércio que no caso do petróleo nos é favorável. Não é essa uma das vias para equilibrar progressivamente a balança comercial e combater a nossa dependência económica relativamente aos países imperialistas?

**J. MENDES CORREIA** — Essa é de facto uma das vias. Podemos ligar este problema ao Documento de Política Económica do VI Governo que, em relação ao comércio externo, aponta algumas medidas correctas mas que, no essencial, não parte dos grandes problemas que temos de resolver e, por isso, não chega às soluções adequadas. Por exemplo, não se fala neste problema do desvio do comércio, que se resume a nós considerarmos que importamos muitos produtos, que essas importações nos dão capacidades de negociação e que esta capacidade de negociação deve ser explorada no sentido de promover as nossas exportações. Isto tem que ser encarado em termos do nosso défice. Nós podemos dizer que desviamos comércio de outros países para a URSS e que se conseguiu apenas exportar um milhão de contos. Mas o exemplo do petróleo pode ampliar-se a outros produtos e esse milhão de contos passar a uma dezena de milhões de contos. E se essa dezena de milhões de contos é pouco considerando o total das nossas exportações e importações, deixa de o ser em relação ao nosso défice da balança de pagamentos que, em 1974, terá andado à volta de 16 milhões de contos.

Estranhamente, o Documento da Política Económica do VI Governo não fala nesta questão do desvio do comércio e, estranhamente também, apresenta a teoria de que os bens supérfluos representam apenas uma pequena parte das nossas importações em 1974, mais concretamente, 5,6%. Mas o que acontece é que os países não fazem políticas de redução das importações pelo simples facto de reduzir importações, mas sim para reduzir o défice. É pois em termos de défice que temos mais uma vez de olhar esses 5,6% que representam, afinal, cerca de 6,5 milhões de contos em termos das exportações do ano passado, o que representa cerca de 40% do nosso défice. Assim, enquanto o problema do desvio de comércio é ignorado no Documento da Política

Económica do VI Governo, também esta via de solução dos problemas da nossa balança comercial que é a redução das importações aparece escamoteada.

## BOICOTE ÀS RELAÇÕES COM PAÍSES SOCIALISTAS ATINGEM APARELHO DE ESTADO

**AVANTE!** — Têm-se denunciado determinadas dificuldades na promoção das exportações para os países socialistas e, também, em certa medida, para os países do Terceiro Mundo. Podes apontar casos concretamente deste boicote?

**J. MENDES CORREIA** — Em primeiro lugar fala-se em Terceiro Mundo no seu aspecto global quando, afinal, esse Terceiro Mundo engloba países de economia e regime político muito diferente. Para nós, portugueses, o Terceiro Mundo deveria ser encarado, antes de mais, como os países que se libertaram do colonialismo português. Nesse sentido, a política do VI Governo não está a favorecer a existência de relações fru-

estabelecer relações diplomáticas com o Iraque.

Desde o 25 de Abril que se afirmou que deveríamos desenvolver relações com os países socialistas e países do Terceiro Mundo. O que se verificou, na prática, foi que muitas forças políticas que defendiam esta teoria em palavras a contrariaram em actos. Esse combate verificou-se a vários níveis. Em primeiro lugar ao nível ideológico, e aqui podemos citar a campanha reaccionária. Por exemplo,

quando o «Expresso» escrevia que a «Rússia» ia comprar os sapatos portugueses a 60\$00, estava-se a fazer duas coisas: em primeiro lugar a lançar o descrédito sobre a possibilidade de desenvolvimento dessas relações; em segundo lugar a desmobilizar as empresas portuguesas para essas relações, o que veio em certa medida a verificar-se. As pessoas pensavam, e com razão, que se os sapatos eram comprados a 60\$00 não valia a pena fazer ofertas porque não poderia vendê-los a tal preço. Depois de cada momento alto desta campanha reaccionária, havia mais dificuldades em obter ofertas para a URSS e para outros países socialistas.

Os obstáculos continua-

vam e continuam a nível do aparelho de Estado, a começar no Governo e nos diversos organismos de Estado. É por exemplo, o caso do vinho do Porto, em relação ao qual as amostras para a União Soviética foram enviadas um ano depois do problema ter sido tratado. E isto por responsabilidades de organismos governamentais ou paragonamentais. Ainda recentemente foram tomadas públicas as dificuldades levadas em relação a uma venda de 600 milhões de hectolitros de vinho para a União Soviética. Também

ao nível das empresas surgem dificuldades ou boicotes. Algumas empresas são ainda dirigidas por reaccionários, outras por pessoas que, influenciadas pela propaganda da reacção, não acreditam no desenvolvimento das nossas relações com esses países. Nós acusamos os países imperialistas de nos criarem dificuldades, não comprando os produtos, exigindo condições de pagamento que nos serão desfavoráveis, etc. Ora é precisamente isso que muitas empresas portuguesas fazem em relação aos países socialistas.

Ainda quanto ao boicote do aparelho de Estado, im-

porta referir que há acordos com os países socialistas cuja assinatura é dificultada, como foi o caso recente do contrato do vinho. Mas, mesmo depois de assinados, não se publicam no «Diário do Governo». É o caso do acordo de comércio Luso-Búlgaro já assinado, há muitos meses, e ainda não publicado. Bem se compreende que não é assim que se facilitam as relações económicas com os países socialistas.

**AVANTE!** — Como lutar contra esse boicote que se desenvolve às nossas relações com os países socialistas e até do Terceiro Mundo?

**J. MENDES CORREIA** — A luta contra estes factos exige, em primeiro lugar, o combate à tal propaganda reaccionária que visa impedir ou dificultar relações com os países socialistas, desmascarando os objectivos desta propaganda e mostrando a falsidade dos argumentos em que se baseia. Em segundo lugar, ao nível do aparelho de Estado, exige a extrema vigilância dos progressistas que nele se encontrem, no sentido de impedir que essa propaganda penetre nos organismos de Estado ou que, a partir dela ou com base nela, os boicotes se-

jam consumados. Finalmente ao nível das empresas, são os trabalhadores, nomeadamente a classe operária, que têm de chamar a si como parte determinante do controlo operário, a vigilância sobre as relações das suas empresas e do seu sector económico com os países socialistas. Neste aspecto alguns progressos importantes têm sido conseguidos. A organização dos trabalhadores para o controlo operário já, em muitas empresas, tem sido eficiente de molde a combater com êxito as tentativas de boicote que as direcções reaccionárias têm praticado e passos decisivos vêm sendo dados, ultimamente, no controlo das relações com os países socialistas ao nível do próprio sector. Não chega que os trabalhadores controlem ao nível de empresa porque o processo inicia-se, normalmente, por negociações gerais ao nível do aparelho de Estado onde os trabalhadores não estão representados, e se aí existe boicote as negociações nem sequer chegam a ser conhecidas ao nível da empresa. Neste domínio têm sido desenvolvidas lutas com algum sucesso, impedindo que as tentativas de boicote se consumam. Mas muito há ainda a fazer.



tuosas de troca e de cooperação com esses países. Por outro lado, países do Terceiro Mundo, para nós portugueses, deveriam ser aqueles que estão com a nossa revolução e estão dispostos a cooperar conosco. Aqui, cabe o exemplo do Iraque, país com o qual temos uma balança comercial bastante deficitária, país progressista, solidário com o nosso processo revolucionário. Não deixa de ser estranho que pessoas que muito apregoam a teoria das relações com o Terceiro Mundo e que têm conduzido, até agora, a nossa política externa se não tenham lembrado de

ALVARO CUNHAL  
desenhos da prisão



edições  
Avante!

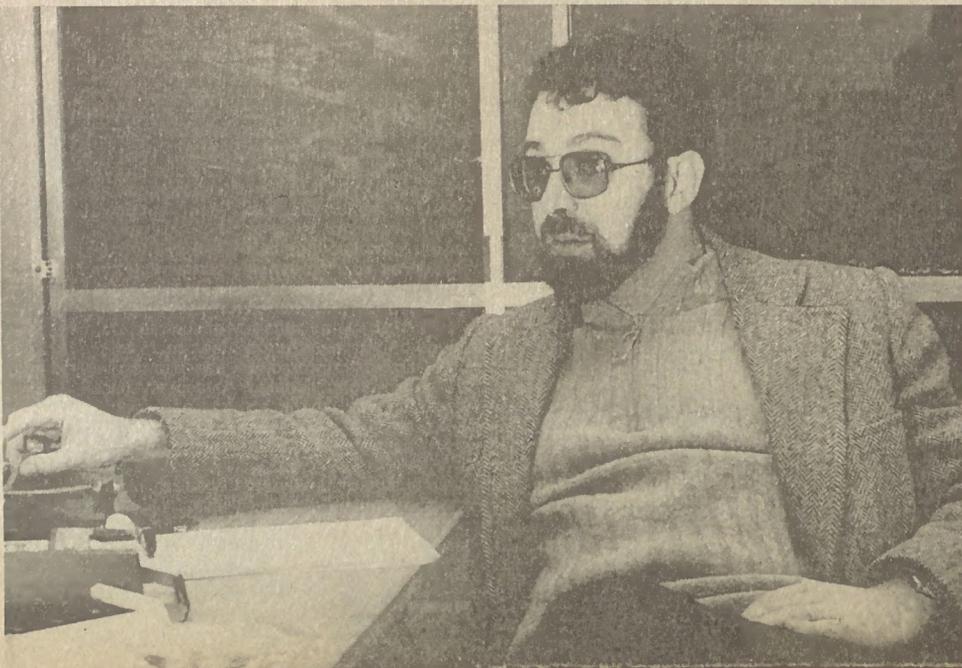
CAMPANHA DE FUNDOS  
LANÇAMENTO ESPECIAL DA EDITORIAL «AVANTE»  
EM 5 DE DEZEMBRO

ALVARO CUNHAL  
desenhos da prisão

25 reproduções em papel RA de 125 gramas

Formato 50 x 35 cm de 25 desenhos a carvão ou lápis  
apresentados em pasta de cartolina

Preço previsto: 300\$00 — Pedidos de reserva e encomenda à  
Editorial «AVANTE!»  
Av. Santos Dumont, 57-2.º  
Lisboa 1



## CURSO BÁSICO DO COMUNISMO CIENTÍFICO

AO LEITOR

As Edições «Avante!» vêm apresentar ao público leitor português o primeiro volume do *Curso Básico do Comunismo Científico*, importante obra de formação teórica e de esclarecimento ideológico.

Este Curso reúne e elabora cientificamente as experiências de outros povos na construção do socialismo e do comunismo, e assim demonstra e comprova que as vitórias alcançadas pelos países socialistas são, por um lado, obra e fruto do esforço criador portado e inquebrantável da classe operária e das massas trabalhadoras, e por outro o resultado concreto, prático, objectivo, da teoria marxista-leninista, único guia para a acção capaz de levar o

proletariado ao futuro que traz nas mãos. E isto permite-nos salientar dois pontos deves importantes:

1.º Quanto melhor soubermos e compreendermos por que lutamos, e quais os pressupostos e as condições da vitória que não nos escapará, mais decisivos serão os golpes que, com certeza infalível, nós, operários, camponeses e demais trabalhadores deste País, desferiremos contra as forças do passado, da opressão e da exploração.

2.º O que outros fizeram, nós faremos também. E fá-lo-emos com a nossa energia revolucionária, com a nossa vontade firme, com a nossa iniciativa criadora. E com a ajuda e a solidariedade de quantos o fizeram já, e de todos os outros — os que, por essa Europa fora, por esse mundo fora, ganham alento com o que já conseguimos fazer.

Colocamos, pois, este *Curso* nas mãos dos nossos operários industriais e rurais, dos camponeses, de todos os trabalhadores, da nossa juventude. E com certeza de que nada poderá deter-nos na nossa marcha para o socialismo.

Edições «Avante!»

Nome .....  
Morada .....  
Telefone .....  
Localidade .....

Desejo que me reservem o *Curso Básico do Comunismo Científico*  
— Envio a importância de 30\$00 em cheque/vale postal p/ pagamento do 1.º volume.

— A venda nas livrarias e nos Centros de Trabalho do PCP  
Pedidos à Editorial «Avante!»